

NACIONAL + pag/4

**GOVERNO ESTRANGULA CPI
DO MST POR MEIO DE ACORDOS
COM O CENTRÃO**

MOVIMENTOS + pag/6

**Impasse das direções
reformistas na Campanha
Salarial do funcionalismo federal**

+ pag/14

**II Encontro
Internacional Leon Trotsky
As tarefas do Trotskismo
no Brasil de hoje – as
confissões dos centristas**

**Nada de subordinar as reivindicações das
massas à “luta contra a extrema direita”!**

**CONVOCAR AS ASSEMBLEIAS DE BASE,
COM TOTAL LIBERDADE DE FALA E CRÍTICA
ÀS DIREÇÕES GOVERNISTAS!**

**Aprovar uma plataforma de reivindicações
para derrotar os patrões e o governo!**

***Impulsionar a luta de classes contra
a burguesia e seus governos!***

SINDICAL + pag/8

***Manifesto da Corrente Sindical
Marxista Guillermo Lora/PPRI
ao XXVII Congresso da APEOESP***

INTERNACIONAL **Árgentina** + pag/23

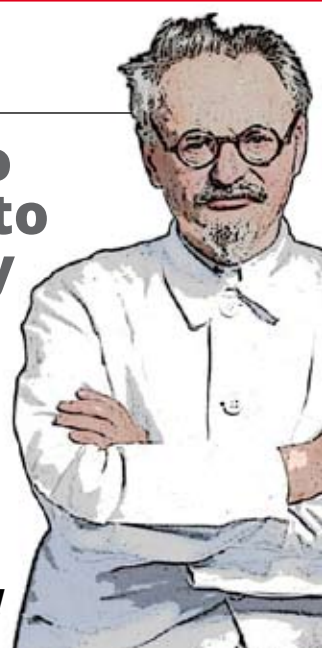
**As massas são arrastadas
pelas variantes da política
burguesa pró-imperialista,
e primeiramente pela
extrema-direita**

NOTAS HISTÓRICAS

+ pag/14

**83 anos do
assassinato
de Trotsky
por Stalin**

***Coloquemos
em pé a IV
Internacional!
Defendamos as
conquistas da
Revolução Russa!***



Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!

Nada de subordinar as reivindicações das massas à “luta contra a extrema direita”!

Oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin! Impulsionar a luta de classes contra a burguesia e seus governos, de dentro e de fora do país!

O governo Lula conseguiu a aprovação do Arcabouço Fiscal em 2º turno na Câmara dos Deputados. A negociação para realizar a votação incluiu uma ainda maior liberação de verbas por meio do orçamento secreto, e a concessão de ministérios aos partidos bolsonaristas, Republicanos e Progressistas. Entre os partidos burgueses, somente uma parte do PL de Bolsonaro está fora do campo governista. A aprovação da regra fiscal permitirá ao governo manejar os recursos, desde que assegurado o sustento do parasitismo financeiro. A Reforma Tributária ampliará a centralização de impostos nas mãos do governo federal, e isso é parte da política econômica e um componente necessário à realização do Arcabouço Fiscal, cuja meta é zerar o déficit público em 2024. Mais elementos são apontados como indispensáveis para que o governo cumpra suas obrigações com o capital financeiro: a Reforma Administrativa, que cortará salários e empregos no funcionalismo, e a taxação dos rentistas no exterior.

Estima-se que haja pelo menos um trilhão de reais depositados fora do país, rendendo aos parasitas. O governo pretende obter pelo menos um imposto de 10% sobre seus ganhos, cerca de R\$ 45 bilhões, para os cofres públicos. Note-se que o imposto de renda alcança até 27% de salários mais elevados. Mesmo com a taxação, ainda serão os assalariados que sustentarão o grosso do imposto arrecadado, direta ou indiretamente. Se os impostos não forem suficientes, haverá os cortes na saúde, educação, etc.

Enquanto isso, as direções sindicais discutem com o governo a volta, sob uma nova forma, do imposto sindical – seria chamado de “taxa negocial”. O argumento é que as negociações “bem-sucedidas” entre sindicato e a patronal devem ser “remuneradas” pelo serviço “prestado” aos trabalhadores – na verdade, um desserviço, porque geralmente levam a perdas nos salários, empregos e direitos. Essas direções têm apoiado as medidas econômicas do governo, às vezes com algumas críticas secundárias. O essencial é que sustentam entre os trabalhadores as medidas que aumentam a superexploração sobre eles, em benefício do grande capital nacional e internacional. Quando pedem pela volta do imposto, o fazem para que possam sustentar o aparato burocrático e seus privilégios, é quase que uma propina, que deve ser repudiada. A posição proletária é pela autossustentação e independência de classe dos sindicatos e demais organizações de massa diante dos patrões e dos governos.

Apesar de toda a contenção exercida pelas direções sindicais, as greves têm sido retomadas. As ilusões no novo governo, que são reais e afetam grande parte dos assalariados, não

têm impedido as greves de forma absoluta. A realização de 558 greves, no primeiro semestre deste ano, comprova isso. E a maioria delas (80%) ocorreu em defesa de direitos conquistados que se pretendia destruir. Isto mostra uma tendência de que o elemento que tem mais mobilizado as massas é a defesa de seus salários, empregos e direitos conquistados, que são hoje atacados pelos patrões e pelos governos. Que existe uma situação favorável a uma resposta de conjunto das massas a esses ataques patronais. E que somente não se unifica e ganha força de luta nacional de massas por conta da política governista das direções sindicais, que agem pelo fracionamento e isolamento das lutas grevistas que as massas lhes impõem.

Mostra também que os capitalistas e seus governos agem sob a mesma orientação de preservar os lucros a partir do aumento do parasitismo financeiro e de ataques profundos aos salários, empregos e direitos das massas. Expressa o momento de agudização da decomposição do modo de produção capitalista, que se manifesta na necessidade de amplíssima destruição de forças produtivas (incluída aí a força de trabalho), e de elevação da super exploração do trabalho aos níveis do século XIX, esmagando os direitos e a regulamentação do trabalho assalariado. Em todos os países, com governos de “esquerda” ou de direita, até de extrema direita, as políticas econômicas convergem para os mesmos pontos: destruição de direitos sociais, por meio de contrarreformas; garantia de sustento do parasitismo financeiro; precarização do trabalho, por meio de desregulamentação das relações trabalhistas; subsídios aos capitalistas por meio de isenções fiscais, financiamentos a perder de vista, etc.

O agravamento da crise mundial capitalista e a reconcentração de mercados e capitais tem levado a que todas as frações burguesas caminhem na mesma direção, no geral, sob a mesma política governamental. Não há condições materiais para um amplo desenvolvimento de frações burguesas protecionistas de setores econômicos como fontes de matérias-primas, base material do nacionalismo burguês. Nos países capitalistas, todas as frações, à esquerda ou direita, se alinham sob as diretrizes do capital financeiro internacional.

Também não há condições para o progresso da democracia burguesa. A necessidade de governos de atacar as condições de vida das massas, requer o fortalecimento do aparato repressivo. Também os partidos tradicionais se desgastam rapidamente, e outros são criados às pressas, de forma a arrastar as massas para o engodo da via eleitoral.

O agravamento da crise econômica, que combina o aumento da inflação com a estagnação produtiva e os choques da guerra comercial, vai fortalecendo a polarização social. As tendências ultradireitistas, que sempre estarão presentes nas sociedades capitalistas, passam a avançar, são o cão raivoso da burguesia contra as organizações e a democracia operária das massas, e são soltos para o ataque quando as massas ameaçam revolucionariamente o poder burguês. No momento, a burguesia não tem como conter o avanço das forças fascizantes, que se projetam antecipadamente ao levante revolucionário das massas. As eleições no continente europeu estão expressando em cada país o fortalecimento dos cães de caça dos capitalistas.

Diante desse elemento, os partidos e correntes de esquerda no Brasil têm apontado a necessidade de colocar em primeiro plano o combate à “ameaça da extrema direita”, de forma mais ou menos explícita. Fundamentam essa colocação na expressiva votação obtida por Bolsonaro nas últimas eleições, quase que empatando com Lula.

Avaliar a força social de uma posição apenas com base em sua votação é um erro crônico das esquerdas. Os pseudo trotskistas estão mergulhados nisso. A construção de um partido revolucionário não se mede pelo seu número de votos, e sim pela sua capacidade de influenciar e expressar politicamente as lutas das massas, em particular as do proletariado. Mas o mesmo critério que leva os pseudo trotskistas a engrandecerem a votação do PSOL, um partido reformista integrado ao governo burguês e ao parlamentarismo, os faz enxergarem na votação de Bolsonaro o perigo imediato da extrema direita. Assim, eles e as demais forças da esquerda colocam como tarefa central da situação o “combate à extrema direita”. Alguns, diretamente pelo fortalecimento eleitoral do governo burguês. Outros, com o enfeite de que as massas devam ser mobilizadas para enfrentar a extrema direita com a luta nas ruas. O apoio ao governo Lula é mais ou menos explícito, conforme a freguesia que se pretende agradar. Em comum, subordinam a luta nacional de massa pelas reivindicações ao combate à extrema direita. Essa tendência vai do aberto governismo até a pretensa “oposição de esquerda”, ainda que se a pinte de “revolucionária”. Pode-se comprovar isso na atuação das direções em seus sindicatos e nas fábricas de suas bases.

O apoio ao governo e a subordinação das reivindicações à luta contra a extrema direita estrangulam a defesa da unidade nacional das massas ao redor das reivindicações mais sentidas. A política proletária se apoia na defesa das reivindicações para projetar a luta de classes e dar passos na direção da revolução proletária. Por isso, tem de combater as tendências políticas que afastam as massas do caminho de sua real independência de classe. Organizam em todos os setores a defesa da organização de uma Oposição Revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin.

Não se pode desconhecer também que a maior ou menor força do imperialismo em declínio repercute diretamente

sobre as relações sociais e econômicas nacionais. O mundo vivencia o choque econômico, político e militar entre o capitalismo em crise das potências imperialistas, e as forças das economias nacionalizadas pelas revoluções proletárias nos estados operários degenerados, em progressão. A guerra na Ucrânia, a ocupação estadunidense do Sul da Síria, a ameaça de guerra no Sul do Pacífico, a guerra civil no Sudão e o golpe militar no Níger, as eleições em diversos países, as novas relações comerciais estabelecidas entre a China e a Rússia com países africanos, árabes e latino-americanos, todos esses elementos têm por trás esse choque entre essas forças econômicas. Por mais que avancem econômica, política e militarmente, os estados operários degenerados, com sua produção nacionalizada, esbarram nos limites impostos pelas condições da crise mundial do modo de produção imperante. As burocracias que dirigem os estados operários degenerados são incapazes de levar o choque com o imperialismo até o fim. Buscam os acordos transitórios, que garantam a preservação circunstancial da sua fonte de poder e ganhos. A importância da defesa programática e concreta da Revolução Política nos países em que a burocracia expro-

O apoio ao governo e a subordinação das reivindicações à luta contra a extrema direita estrangulam a defesa da unidade nacional das massas ao redor das reivindicações mais sentidas. A política proletária se apoia na defesa das reivindicações para projetar a luta de classes e dar passos na direção da revolução proletária.

priu o poder das massas é decisiva para o futuro da humanidade. Da mesma forma, a revolução social nas potências imperialistas e nas semicolônias. O proletariado é uma classe mundial, e sua luta é contra a burguesia mundial. Vai colocar-se sempre em combate ao imperialismo, diante de quaisquer que sejam os governos dos países atacados por ele, sem lhes prestar nenhum apoio político. Colocar-se ao lado da Rússia na Ucrânia, ou da China, no Sul do Pacífico, é parte dessa política. Assim como defender o derrotismo revolucionário na França e demais países europeus, onde as massas têm protagonizado lutas contra as medidas de ataques dos governos, enquanto esses mesmos governos despejam armamentos na Ucrânia, buscando a destruição do Estado Operário e da economia nacionalizada da Rússia. O proletariado mundial já mostrou como se faz na

luta contra o imperialismo. Muitas correntes e partidos se perdem no democratismo, atacando os países onde há ditaduras e ainda se preserva a produção nacionalizada pelas revoluções, e se subordinando aos países “democráticos” imperialistas. Esquecem-se de que a mais ampla democracia burguesa que exista não passa de ditadura de classe sobre a maioria oprimida.

Defendamos a derrota militar da OTAN na Ucrânia! Ela vai enfraquecer o imperialismo mundial. Defendamos a China contra a separação militar de Taiwan pelos EUA! Defendamos o programa da revolução política nos países em que houve a revolução proletária e posterior burocratização! Avancemos na construção do partido revolucionário internacionalista! Organizemos a luta unitária das massas contra os ataques centralizados da burguesia por meio de seus governos! Ponhamos abaixo as direções burocráticas nas organizações de massa, e coloquemos em seu lugar direções classistas e revolucionárias! ●

Governo estrangula CPI do MST por meio de acordos com o Centrão

Tudo indica que a CPI do MST será encerrada em 14 de setembro. Os parlamentares bolsonaristas, chefiados por Ricardo Salles, defendem que a CPI seja prorrogada, e as investigações com o intuito de criminalizar o MST continuem. No entanto, seis integrantes do bolsonarismo foram excluídos da Comissão pelos seus partidos (PL, PP, União Brasil e Republicanos), que colocaram nos seus lugares parlamentares alinhados à Brasília, dando maioria ao governo para encerrar a CPI. Segundo levantamentos realizados pelo “Radar do Congresso”, os parlamentares excluídos apoiaram o governo em apenas 22,8% das votações, enquanto os ingressantes na Comissão em 80%. Assim, o governo conseguiu maioria para encerrar a CPI.

O estrangulamento da CPI se deu

como parte do processo de entrada no governo do PP e do Republicanos. O Governo Lula está há mais de um mês tratando da entrada destes dois partidos oligárquicos, por meio de negociações de Ministérios e cargos no segundo escalão. O PP e o Republicanos somam, juntos, 90 deputados federais. Embora a ala mais direitista se tenha oposto e ameaçado sair destes partidos, o ingresso na base governista é praticamente certo.

Estas movimentações evidenciam dois fenômenos políticos:

1) De um lado, a incapacidade do Governo Lula e dos movimentos sociais, como o MST, de mobilizar as suas bases e os movimentos sociais contra a criminalização por meio dos métodos da ação direta, com assembleias, manifestações,

passeatas, etc. O MST abandonou o método de ocupações de terra como forma de conquistar o acesso do campesinato pobre à terra pelas ocupações, para pressionar o governo a apresentar um plano de reforma agrária;

2) De outro, a ofensiva da Frente Ampla burguesa contra o bolsonarismo e a extrema direita, que se expressa, entre outras formas, no isolamento no congresso dos parlamentares bolsonaristas (enquanto os demais parlamentares dos partidos oligárquicos se alinham ao governo) e também na repressão por meio das operações policiais judiciais aos ex-presidente Bolsonaro e seu círculo mais próximo, cassação do mandato de Deltan Dallagnol, etc. ●

Governo Lula aumenta preço dos combustíveis

O Governo Lula, por meio da direção da Petrobrás, anunciou no dia 15 de agosto o aumento de 25,83% no preço do diesel e de 16,27% na gasolina.

O anúncio da elevação dos preços ocorreu em um momento em que os acionistas privados da Petrobrás (a maior parte formada por grandes fundos estrangeiros), as refinarias privatizadas e as empresas importadoras de

combustíveis protestavam fortemente contra a política de preços da estatal.

Houve até informações divulgadas pela grande mídia burguesa de risco de abastecimento de diesel nos postos pelo país, o que foi prontamente negado pelas principais distribuidoras, logo após o aumento anunciado pelo governo.

Com estes reajustes, os preços nas refinarias da Petrobrás se aproximam do preço de paridade de importação (PPI), que o governo diz ter abandonado. Segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis a defasagem média no dia 21 de agosto era de 11% no preço do diesel, e de 9% no preço da gasolina.

No entanto, embora os números o demonstrem, até o momento, a única entidade sindical que caracterizou abertamente que o fim do PPI é uma “farsa” foi a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET). Os Sindicatos petroleiros e as duas Federações – FUP e FNP – quando do anúncio do “fim do PPI” em maio, soltaram notas e artigos comemorando a “conquista”.

Nós, do PPRI, caracterizamos desde o anúncio do “fim do PPI” que o Governo seria incapaz de controlar os preços dos combustíveis, porque para isto seria preciso reestatizar as refinarias privatizadas, bem como a BR Distribuidora e a Liquegás, e a própria Petrobrás. Somente com estas medidas de defesa da maioria e da soberania nacionais é possível controlar os preços dos combustíveis de acordo com as necessidades da maioria oprimida, não das multinacionais. ●

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA

“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquira com nossos militantes!



GREVES SE MULTIPLICAM CONTRA OS ATAQUES CAPITALISTAS NO BRASIL

O Dieese registrou, no primeiro semestre deste ano, 558 greves no Brasil. Destas, acompanhou de perto 166 mobilizações, que resultaram em 108 com conquistas. Em 78 delas, houve atendimento parcial das reivindicações. Em 30, atendimento integral. Em 27 greves, houve derrota dos trabalhadores. Em 51 delas, as reivindicações foram encaminhadas para negociação. 276 greves foram de advertência, 273 por tempo indeterminado.

449 greves foram organizadas para defender as condições de trabalho, saúde e segurança, ou acordo coletivo, convenção ou legislação, já anteriormente conquistadas e sob ataque patronal.

41,6% reivindicaram reajuste salarial, 32,8% o pagamento do piso. 102 greves pediram reajuste no vale alimentação. 89 paralisações foram por plano de cargos e salários. Esses números mostram a importância da questão salarial para a maioria. A alta dos preços dos alimentos e demais gêneros de primeira necessidade não foi acompanhada pelos salários. Assim, os trabalhadores saíram à luta por reajustes e pagamento do piso.

20% reivindicaram pagamento de salários atrasados. 21,5% exigiram melhora nas condições de trabalho. Grande parte dos grevistas reclamou, portanto, de ataques a direitos anteriormente conquista-

dos. O aumento da exploração do trabalho se realiza também pela piora das condições de trabalho.

58% foram de servidores públicos. Os governos atacam as condições de vida e trabalho dos funcionários públicos em benefício do parasitismo da dívida pública e do subsídio aos grandes capitalistas. Muitas categorias do funcionalismo, em especial da educação, saíram em greve, mas foram mantidas isoladas pelas direções sindicais. A unificação poderia dar-lhes mais força para pressionar os governos. Note-se que algumas categorias nem mesmo realizaram campanhas salariais, as direções aceitaram diretamente as propostas governamentais.

Muitas categorias do funcionalismo, em especial da educação, saíram em greve, mas foram mantidas isoladas pelas direções sindicais. A unificação poderia dar-lhes mais força para pressionar os governos.

A realização de mais de 550 greves só no 1º semestre indica a possibilidade e as tendências de luta nacional unitária contra as medidas de ataques dos governos e dos patrões. As direções sindicais governistas precisam ser derrotadas nas assembleias de base livres e democráticas. ●

AVIBRAS

Capitulação da direção é apresentada como vitória

Em 19 de agosto, a assembleia dos metalúrgicos da Avibras aprovou a “renovação” do lay-off de 400 operários por mais cinco meses (de 1 de agosto até 31 de dezembro), proposta apresentada pela direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos e região (CSP-Conlutas). Também se aprovou a proposta da empresa de “garantir a estabilidade” por mais três meses, até março de 2024, para todos os operários.

Segundo o presidente do sindicato, Weller Gonçalves, “Mesmo sem o pagamento de salários, a renovação do layoff na Avibras é uma conquista, pois significa a manutenção desses postos de trabalho”. Que um dirigente de um sindicato que se diz representante dos “interesses da classe trabalhadora” afirme que o lay-off é uma conquista, inclusive “sem paga-

mento de salários”, é um crime político e uma traição de classe. Se os operários votaram a favor, é porque foram iludidos e enganados pela sua direção.

Desde 2022, a direção do sindicato vem “aceitando” e “impondo” nas assembleias as suspensões e os acordos rebaixados, como se fossem “vitórias”. Mas, se algo ficou claro pela experiência dos últimos anos (Ford, Volks, Mercedes, etc.), é que os lay-off são a ante sala da demissão, ou, no melhor dos casos, da flexibilização e da precarização de empregos e direitos trabalhistas. De fato, o próprio sindicato informou, na mesma nota em que informa sobre a assembleia, que não se estão pagando salários atrasados, nem FTGS, nem outros direitos, para mil operários. Basta-

ria esse último fato para desmontar a farsa da “vitória”.

Uma direção verdadeiramente classista, que avalie seriamente o curso das lutas e seja plenamente consciente dos obstáculos colocados a essa, fará tudo a seu alcance para que cada combate contra o patronato (tanto conquistando vitórias quanto amargando derrotas) fortaleça a luta da classe operária, pela sua independência de classe e sua projeção revolucionária. Seu primeiro dever será falar sempre a verdade às bases, não fazendo passar derrotas por vitórias, e retrocessos por avanços. Também será seu dever aprender a partir das derrotas, ajudando assim as bases a tirar as lições necessárias delas, visando a reforçar a coesão entre as bases e a direção, para a melhor preparação das lutas que virão. ●

Impasse das direções reformistas na Campanha Salarial do funcionalismo federal



O mês de agosto passou sem que o governo respondesse às demandas apresentadas pelo FONACATE e FONASEFE, que reúnem o conjunto dos sindicatos do funcionalismo federal, na Campanha Salarial para 2024.

Como já mostramos em edições anteriores, as direções sindicais do funcionalismo estão diante de um impasse: defendem o atual governo como “seu”, como um governo que representou uma “vitória dos trabalhadores”, mas o governo real, burguês, que aprovou o arcabouço fiscal, a reforma tributária, que mantém a discussão da reforma administrativa, que repete a política de bloqueios de verbas para saúde, educação e serviços sociais, que permitiu a aprovação do marco temporal contra os povos indígenas, que beneficia o agronegócio com o Plano Safra, etc. – esse governo não “dá a mínima” para as direções sindicais.

Nas reuniões de julho e agosto, da pomposa “Mesa Nacional de Negociação Permanente”, os representantes do governo, secretários e ministros de Estado apenas apontaram possibilidade de atender quinquilharias, quanto à pauta não-salarial (revogação e alteração de normativas legais), e nada responderam sobre o índice de reajuste para o ano de 2024. Segundo estes representantes, era preciso esperar a aprovação do Arcabouço Fiscal, para ter uma posição sobre o reajuste, o que ocorreu em

22 de agosto. Os representantes sindicais e a “bancada sindical” no Congresso deram até dia 25, para que o governo respondesse às demandas salariais. O governo ignorou os pedidos, “frustrando” as direções sindicais.

Diante disso, as direções dos dois Fóruns mantiveram o silêncio na última semana de agosto. As direções de alguns sindicatos, como o do ANDES-SN, que reúne os docentes das universidades e de parte dos institutos federais, chamou uma “rodada de assembleias” para o próprio dia 25 de agosto, para “avaliar” a “contraproposta” do governo. Sem contraproposta, as poucas assembleias que ocorreram pelo país foram esvaziadas e sem indicativos, por parte das direções locais, de atividades de mobilização.

A direção do ANDES-SN apontou que, na semana de 28 a 31 de agosto, devem ocorrer mobilizações nas universidades e institutos federais, desembocando em um ato em Brasília no dia 30. Mas, de fato, não há mobilização para a semana. Assim como não houve nenhuma campanha real ao longo do ano. A aposta das direções era de que o governo atenderia as reivindicações nas reuniões da MNNP. O governo fez, com as direções do funcionalismo federal, o que tem feito com outras direções sindicais, como as dos trabalhadores dos Correios, ou das Centrais Sindicais: apenas enrolado. É um jogo de cena, que as direções assumiram, mais ou menos voluntariamente, porque apoiam e sustentam este governo burguês.

É necessário romper com a política de colaboração de classe. Não há mais o que esperar. Em cada local de trabalho, é preciso organizar as assembleias presenciais com paralisação do trabalho. Caso contrário, sequer as assembleias ocorrerão. Com a paralisação e as assembleias, os trabalhadores dos diferentes setores do funcionalismo federal, podem, de fato, assumir as reivindicações da Campanha Salarial, tendo como eixo a luta pelo reajuste salarial (que varia entre 39,82% a 53,05%, conforme o setor do funcionalismo), e contra as contrarreformas em curso, a reforma tributária, a reforma administrativa, a gestão do regime de Previdência, além de pautas específicas, como a luta pela recomposição dos recursos para os serviços públicos, o que significa a luta contra o novo regime fiscal, o Arcabouço fiscal.

Defender o funcionalismo federal e os serviços públicos exige uma luta imediata, com os métodos da ação direta, as assembleias presenciais, com paralisação, os atos nacionais, com ampla divulgação e mobilização entre as bases, e a construção, a partir da mobilização permanente, da greve do funcionalismo federal. É possível colocar contra a parede o governo, e garantir vitórias para os trabalhadores e a população que se beneficia dos serviços públicos. Para isso, é preciso erguer uma verdadeira Campanha Salarial, com independência de classe, com as reivindicações necessárias e com os métodos de luta. ●

Após muito “festejar” o diálogo com o governo, direção sindical dos Ecetistas é obrigada a rejeitar a proposta salarial

Trabalhadores dos Correios, organizadas na FENTECT (CUT) e FINDECT (CTB), atuaram, desde 2022, para a eleição do novo governo petista. Comemoraram a vitória do “governo dos trabalhadores”, e passaram a elogiar as mesas de negociação entre o governo e as direções sindicais, que ocorreram ainda nos primeiros meses do ano.

A direção da ECT foi trocada. Saiu o general Floriano Peixoto, e entrou o acadêmico Fabiano Silva. Em fevereiro, o secretário de Comunicação da Fentect-CUT, Emerson Marinho, dizia que a relação dos sindicatos com a empresa teria mudado da “água pro vinho”. Os informes, tanto da FINDECT quanto da FENTECT, eram sempre muito positivos, mostrando que as reuniões de negociação (sem mobilização ou luta) estavam “avançando”.

Com a aproximação da data-base da categoria, em agosto, as demandas salariais e não salariais foram apresentadas, e a direção dos Correios precisava posicionar-se. Como em outras categorias, como a do funcionalismo federal, o governo foi enrolando bem as direções, indicando disposição para modificar aspectos do Acordo Coletivo, como garantir alguns direitos que foram retirados em 2020. A questão fundamental da Campanha dos ecetistas, como de todos os trabalhadores, é a questão do reajuste e aumento salarial. E aí o governo e a direção da estatal não foram nada “avançados”.

A proposta da empresa foi a de reajuste apenas em janeiro de 2024 (de 3,18%)



e não retroativo a agosto, como em todos os anos; e um reajuste (também de 3,18%) nos benefícios para este ano. As direções foram obrigadas a convocar as assembleias no final de agosto, e a posição das duas federações foi a de rejeitar a proposta dos Correios.

Com isso, as direções apresentaram às bases a proposta de paralisação e greve a partir de setembro (dia 12). Esperam, com isso, arrancar alguma proposta melhor do governo e da direção dos Correios. Apenas iludem os trabalhadores, ao dar mais “tempo” para a ECT. Já sabem a resposta. Esperam que a Justiça do Trabalho intervenha e melhore a proposta, como sempre esperam, em cada campanha salarial.

Os trabalhadores não podem ficar reféns desta política colaboracionista. É urgente a necessidade de organizar os comitês de mobilização, aprovar nas assembleias o início da greve e, somente com a mobilização nacional e paralisados, voltar a negociar com a patronal. Esta é política classista que defende os interesses dos ecetistas. Inclusive, o conjunto das reivindicações,

que envolvem a retomada de todos os direitos retirados nos últimos anos, depende de um movimento nacional e em unidade com outros setores e trabalhadores. Não esperar mais! Aprovar a greve nacional para garantir o reajuste de 100% da inflação e ainda lutar pelo aumento real dos salários, pela estabilidade dos contratados, pela abertura de novas vagas, pela melhoria das condições de trabalho, e contra qualquer investida privatista! ●

A proposta da empresa foi a de reajuste apenas em janeiro de 2024 (de 3,18%) e não retroativo a agosto, como em todos os anos; e um reajuste (também de 3,18%) nos benefícios para este ano. As direções foram obrigadas a convocar as assembleias no final de agosto e a posição das duas federações foi a de rejeitar a proposta dos Correios.

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

**Apresentadas às Conferências Regionais
do POR - 2023**

*Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022*

Adquirir com nossos militantes!

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistaglor
@proton.me
correnteestudantilmarxistaglor
@proton.me



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

**CORRENTE
SINDICAL
MARXISTA**

**Guillermo
Lora**

ppri4.org



Manifesto da Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora/PPRI ao XXVII Congresso da APEOESP

O Congresso da Apeoesp se realiza em um momento de profundos ataques dos governos à educação, às condições de vida e trabalho dos professores, e ao exercício da organização sindical. Deveria ter como tarefa mais importante erguer os trabalhadores a defenderem suas reivindicações por meio da mobilização. Mas, pelo que podemos ler na Tese 1, da direção do Sindicato, esse será mais um congresso que fará de tudo para ampliar o seu poder da burocracia dirigente, e aprovará uma revisão dos estatutos que fechará completamente o Sindicato a qualquer organização opositora à direção burocrática. Deverá, ainda, aprovar políticas pautadas no apoio ao governo federal e ampliação da conciliação com o governo Tarcísio. Um congresso de luta, e não de conciliação com os governos, trabalharia para armar politicamente os trabalhadores para as lutas mais gerais, como a derrubada das contrarreformas, acompanhado das necessidades específicas, como por exemplo o problema da precarização do trabalho, do desemprego, dos salários e das condições do dia-a-dia nas escolas. O que temos visto é o contrário disso, este ano e nos anteriores vimos a direção do nosso sindicato aprofundar sua conciliação de classe, negando-se a chamar as assembleias para que a categoria pudesse responder unida aos ataques, já se somam vários ataques de Tarcísio/Feder, e nada de assembleia. Já não é de hoje que a burocracia vem agindo assim, a forma da conciliação de classe se aprofundou, depois de 2018, quando a presidente do sindicato vai para o parlamento como deputada. O sindicato substituiu de vez a luta dos professores pela pressão jurídico/parlamentar, deixando o caminho aberto para os governos agirem, impondo seguidos golpes, como a reforma da Previdência, reforma do Ensino Médio, reforma administrativa, a “nova carreira”, ampliação das PEIs, imposição das plataformas digitais, etc. O sindicato deveria ser o espaço da resistência, mas tornou-se o espaço do amortecimento das lutas, as burocracias da esmagadora maioria dos sindicatos os usam como trampolim político, e como força de apoio ao governo burguês de frente ampla. A grande maioria dos partidos e correntes de esquerda, com a falácia de combate ao fascismo e à extrema direita (que hoje integra o governo, e é sua base de sustentação parlamentar), juntamente com as maiores centrais CUT, CTB, Força Sindical, têm feito de tudo para frear as lutas, isolar as que não podem controlar, para deixar o terreno aberto para os governos seguirem o seu caminho, impondo as diretrizes do capital nacional e internacional.

Neste Congresso, a direção burocrática, que agora conta

em seu interior com as principais correntes ligadas ao PSOL (que romperam com uma tradição de lutar contra a burocracia há décadas), quer colocar para fora os partidos e as correntes de oposição que não orbitem em torno do PT/Articulação Sindical. Esse congresso é pensado para aprofundar as medidas para conter as lutas contra os governos, que não vão parar de nos atacar. O recurso utilizado é aprofundar a burocratização do sindicato, por meio de seu estatuto, que já bem antidemocrático (delegados natos, filtros para as eleições, etc.). Medidas como tornar em virtuais as assembleias e reuniões do Conselho de Representantes, mudanças do estatuto que poderão ser feitas pelo Conselho Estadual, e depois referendadas pelo Congresso, de que a eleição poderá ser feita individualmente ou através de chapas, a depender da análise do Conselho Estadual antes do pleito, e, a mais grave, que fere de forma profunda a democracia sindical, a que prevê que uma chapa, para se inscrever ao pleito, tenha inscritos de pelo menos 50% das escolas de uma região. Essa é a manobra mais baixa das burocracias que dirigem a APEOESP, para tentar impedir as correntes menores de atuar no sindicato. Temos de combater esse vergonhoso rebaixamento da democracia interna do sindicato.

Como podemos ver, a burocracia quer o caminho livre para negociar com o governo e patrões os ataques no parlamento ou negociar e quando, nenhuma coisa ou outra, judicializar os ataques, sem qualquer interferência dos setores que ainda guardam uma tradição de luta. Para isso, aprofunda seu estatuto já burocratizado. Se antes a burocracia piseava a democracia sindical, agora a nega completamente. O sindicato que hoje se encontra bem distante das bases tenta isolar-se dela, e ficando o mais fechado possível a qualquer oposição à sua direção.

É urgente denunciarmos o que tem acontecido em todos os congressos, onde as burocracias têm passado um rolo compressor na democracia sindical e convertido as centrais e sindicatos em pontos de apoio ao governo federal, e a completa anulação das lutas nos estados e municípios, com a política de pressão parlamentar, abandonando completamente as reivindicações mais elementares dos explorados. A degradação das condições salariais e do trabalho é parte da destruição embutida nas contrarreformas em curso, essas medidas atingem o conjunto dos assalariados, que têm visto suas condições de existência minguar cada vez mais.

Professores e professoras, nossos mais sentidos problemas são consequência da crise mundial do capitalismo, de

sua decomposição enquanto modo de produção. Cada problema que vivemos, e todos eles, decorrem da cada vez maior dificuldade de realização da reprodução ampliada de capital, assentada na exploração do trabalho assalariado. As potências capitalistas, exportadoras de capital financeiro, vivem a realidade da desindustrialização e retrocesso econômico no seu conjunto. Os EUA, Europa e Japão vivenciam nas últimas décadas a queda brutal em sua participação na indústria e agricultura mundiais. Ao mesmo tempo, e ocupando cada vez mais seus lugares, a China em primeiro lugar, mas também a Rússia em menor grau, avançam sobre os espaços produtivos e comerciais criados a partir do retrocesso dos países imperialistas. O mundo se encontra sob os choques entre as economias capitalistas imperialistas em decomposição contra as economias nacionalizadas pelas revoluções proletárias, ainda que controladas por burocracias contrarrevolucionárias e restauracionistas.

Diante desse quadro, o capital financeiro só pode responder à crise e preservar seus lucros por meio de ataques profundos às condições de vida e trabalho das massas, a mais crises econômicas destrutivas, e a guerras, como as que ocorrem na Ucrânia, Síria e na África.

Por meio das contrarreformas, impõe cortes de salários diretos e indiretos (direitos sociais). São mudanças previdenciárias, mudanças nas leis trabalhistas, tanto no setor público quanto privado, mudanças nos serviços públicos, como educação e saúde, etc. Todos esses golpes são orquestrados para garantir o parasitismo das burguesias sobre os cofres públicos, para garantir a impagável dívida pública, e aumentar a super exploração do trabalho assalariado a níveis do século XIX. O liberalismo burguês está morto, as frações capitalistas recorrem ao Estado para se sustentarem, seja pelo parasitismo financeiro, pelas privatizações, pelos subsídios, etc. – é o intervencionismo estatal que mantém vivo o capitalismo moribundo.

No Brasil, o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin cumpre esse papel, o de continuar impondo aos explorados as contrarreformas, iniciadas por Temer e Bolsonaro. Não é à toa que Lula, depois de 8 meses de mandato, não pode tocar em nenhuma das contrarreformas já feitas, nem as privatizações que foram feitas no último período. A votação do Arcabouço Fiscal, no dia 22 de agosto, é uma prova concreta de como os petistas, os mesmos que chamaram o teto de gastos de “PEC do fim do mundo” no governo de Temer, agora de mãos dadas com o PSOL e partidos da extrema direita, votaram juntos, impondo este golpe contra a economia nacional e os serviços sociais públicos, para garantir o pagamento da dívida aos parasitas. A reforma tributária, votada às pressas para aumentar a isenção dos empresários, e aumentar a arrecadação sobre os explorados, o Plano Safra, que despejará uma fortuna na conta dos ricos do agronegócio, são mais exemplos do caráter antinacional e antipopular da política econômica do governo.

No setor fabril, já virou moda as transnacionais fecharem suas portas, indo embora ou levando suas plantas para outros estados, arrastando junto o fechamento de outros setores ligados a elas, deixando para trás um lastro de desemprego, fome e miséria, como a FORD, que deixou o país depois de mais de 100 anos, e a LG e suas subsidiárias, que saiu de

Taubaté para o Amazonas. A postura das direções sindicais, tanto as cutistas quanto as mais à esquerda, como a CSP-Conlutas, se negaram a erguer a bandeira de ocupação das fábricas e estatização com controle operário, para defender os empregos; ao contrário, conduziu e conduz as lutas para o terreno da burguesia, de pressão parlamentar ou a judicialização, com o que chamaram de “uma negociação que dê a melhor indenização”, que é a prova concreta da traição.

No setor privado, avançam, a todo vapor, as terceirizações e até a terceirização dentro da própria terceirização, com um gigantesco aprofundamento da exploração da força de trabalho. Voltamos numa guinada muito rápida às condições de trabalho dos séculos XVIII e XIX, quando no início a industrialização impunha jornadas estafantes de mais de 12 horas, com uma imensa exploração da força de trabalho, é o que se passa hoje com os trabalhadores de aplicativos, com as equipes de limpezas das escolas, com as merendeiras por exemplo.

Vivemos sob uma terrível crise de direção revolucionária. A vanguarda dos explorados tem como urgente a tarefa de erguer a bandeira de **Oposição Revolucionária ao Governo Lula/Alckmin nesse congresso!** Defender a organização das massas, partindo de suas lutas específicas, ligando-as às lutas mais gerais. Essa direção pelega e traidora é incapaz de erguer o conjunto do magistério para enfrentar os governos. Por isso, a tarefa também é de salvar o sindicato do governismo, trazê-lo de volta à independência de classe, e resgatar os métodos da ação direta com as paralisações, greves, bloqueios das avenidas e ocupações. ●

Resgatar o sindicato para a luta com independência de classe!

Erguer as lutas para derrubar as Reformas Previdenciária, trabalhista, do Ensino Médio!

Combater o arcabouço fiscal com lutas, chega de discurso vazio!

FOLHETO

notas sobre o
**PROBLEMA
EDUCATIVO**

Adquira com nossos militantes!

Negociação entre patronato e burocratas pela “taxa negocial” expõe subserviência das direções sindicais

O projeto de Reforma Sindical foi apresentado em 1º de janeiro. De lá para cá, as reuniões entre patronato, governo e as centrais sindicais ocorreram, e novos acordos foram realizados.

Em entrevista à Folha de S. Paulo, o ministro de Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que foram dados importantes passos na discussão sobre a implementação de uma “taxa negocial” no lugar do imposto sindical, extinto pela Reforma Trabalhista, em 2017. A entrevista reproduzia o que foi acordado na última reunião do Grupo de Trabalho da Negociação Coletiva, no dia 22 de agosto.

Segundo Marinho, o “custeio das atividades sindicais” será decidido em assembleias das categorias para aprovação das Convenções Coletivas. E que se fixará por lei um teto à “contribuição negocial”, que será de 1% sobre o salário, e que as contribuições incluirão filiados e não-filiados. Disse, ainda, que “O trabalhador que é contra [a taxa negocial], o empresário que é contra, tem que ir lá na assembleia discutir, como um condomínio. Quem é contra e não vai na assembleia tem o direito de não pagar o condomínio? Não. Ele pode ir lá, falar contra e convencer a assembleia”. De forma que as assembleias poderão tanto votar um índice menor como decidir não haver contribuição aos sindicatos.

O debate sobre a “transição” do imposto para a taxa negocial fundamenta as negociações entre patronato e centrais para readequar aspectos da Reforma Trabalhista. Sérgio Nobre, presidente da CUT, reconheceu essa relação, quando disse que não se estava “revogando” a Reforma, mas apenas “revendo” aspectos dela, quando avançavam os debates sobre o novo financiamento dos sindicatos.

O debate sobre a “transição” do imposto para a taxa negocial fundamenta as negociações entre patronato e centrais para readequar aspectos da Reforma Trabalhista. Sérgio Nobre, presidente da CUT, reconheceu essa relação, quando disse que não se estava “revogando” a Reforma, mas apenas “revendo” aspectos dela, quando avançavam os debates sobre o novo financiamento dos sindicatos. O que, assinalou, era necessário, porque a extinção do “imposto sindical” atingiu os fundos de custeio, que garantem “prestações” e “benefícios” aos filiados dos sindicatos.

tos. O que, assinalou, era necessário, porque a extinção do “imposto sindical” atingiu os fundos de custeio, que garantem “prestações” e “benefícios” aos filiados dos sindicatos.

Marinho e Nobre saíram publicamente a informar dos avanços feitos nos acordos sobre a “taxa negocial”, na mesma semana. E coincidiram em suas declarações na crítica a “setores da imprensa”, que espalharam “fake News”, afirmando que a “taxa negocial” era o mesmo “imposto sindical”, ainda que sob nova forma. Trata-se de uma tática empregada constantemente pela burguesia, de se apoiar na imprensa para condicionar os encontros com os burocratas e o governo. Veja-se que o acordo sobre a possibilidade de que se vote um índice menor ao 1% é uma vitó-

ria da burguesia, que procura meios para enfraquecer os sindicatos, e se livrar de contribuir ao seu funcionamento. Quando ainda estava vigente o imposto sindical, uma parte dele era sustentado pelos capitalistas. Agora, poderão diminuir sua participação no “custeio das atividades sindicais”, e ainda não fazer qualquer contribuição.

O teto da “taxa negocial” tem o mesmo valor do arrecadado pelo “imposto sindical” (1% sobre o valor do salário). Diferenciam-se em que o imposto era retirado compulsoriamente pelo Estado, mantendo-se invariável enquanto vigente a lei, e modificando-se o montante total dos fundos repassados aos sindicatos, de acordo com o aumento dos salários. Quanto à taxa negocial, sendo aprovada por assembleias no momento das Convenções Coletivas, poderá ser alterado seu índice, ano após ano. A trapaça no mecanismo da taxa negocial fica exposta quando se observa que a “contribuição” aprovada em assembleia poderá ser menor que o teto fixado por lei. Essa “mudança” não altera imediatamente a situação das Centrais majoritárias, uma vez que podem recorrer aos pagamentos por serviços oferecidos aos filiados, de saúde, turismo, jurídico, etc. Certamente, será um meio para aprofundar a transformação disso em prestação de serviço para encher a “caixa sindical”. E como ainda será o Conselho de Autorregulação das Relações de Trabalho, ou CART, como previsto na Reforma Sindical, terá a função de “igualar” as taxas negociais entre sindicatos na mesma categoria ou setor. Em última instância, serão o patronato e burocracia que decidirão, e não as assembleias das categorias. Como se pode notar, esses mecanismos acabarão afogando os sindicatos oposicionistas ou

menores, que carecem de “infraestrutura” para compensar qualquer diminuição das “contribuições sindicais”.

Luiz Carlos Prates, o “Mancha”, dirigente da CSP-Conlutas, se pronunciou imediatamente após noticiados os acordos alcançados no Grupo de Trabalho da Negociação Coletiva. Em nota intitulada “*Trabalhadores não querem volta do imposto sindical. Sustentação financeira deve ser decidida pela base, em assembleia*”, de 23 de agosto, afirma que a CSP-Conlutas rejeita a “volta de uma contribuição sindical obrigatória”, porque era um meio de arrancar “*de forma compulsória um dia de trabalho todos os anos de todos os trabalhadores brasileiros*”, e servia ainda para manter funcionando sindicatos “fantasmas”. Mas, a seguir passa a criticar a taxa negocial acordada entre patronato e centrais majoritárias, porque, afirma, “*transfere recursos dos sindicatos de base para uma estrutura burocrática*”. Em oposição a esse mecanismo, Mancha defende “*autossustentação financeira das organizações da classe, decidida de forma democrática, pela base*”, e que “*cabe à lei apenas garantir o respeito a essa decisão*”. O que não parece compreender, ou faz de conta que não entende, é que está no mesmo campo do debate dos governistas, imposto pela Reforma Trabalhista, que disse combater. Diferencia-se apenas quando propõe que seja a base quem decida a “*destinação dos recursos*”, e não a direção sindical.

A declaração de Mancha, que posa de democrática, é pura hipocrisia. A CSP-Conlutas “rejeitou” o imposto sindical apenas em palavras, porque se negava a discutir no interior das bases dos sindicatos que dirige que se rejeitasse esse “mecanismo compulsório”, e se debatesse

em assembleias de base e democráticas como “autofinanciar” a Central. Veja-se que a própria Conlutas cobra “taxas” por filiação, e estabelece o montante das “contribuições anuais” aos sindicatos, oposições e movimentos, que só em aparência parecem ser “voluntárias”, uma vez que “compulsoriamente” obriga a essas organizações a aceitarem, sem que sejam as assembleias que decidam. Seguindo o “princípio” defendido por Mancha em sua nota, a Central deveria garantir o direito de as assembleias dos sindicatos, oposições e movimentos que desejam se filiar decidirem, democrática e livremente, qual o montante a ser subtraído dos salários para o autofinanciamento da Central e sua estrutura. O que exigiria terem livre direito de conhecimento de gastos, de despesas, recursos, etc., para dessa forma decidir sobre as “contribuições” conscientemente.

Ainda que os revolucionários e os classistas verdadeiros não defendam a contribuição sindical compulsória, e sim que sejam os trabalhadores, partindo de sua elevação política, que sustentem seus organismos de luta, também defendem sempre sua completa independência de qualquer interferência do Estado sobre suas organizações de base. Diferentemente do que defende Mancha, não cabe ao Estado legislar sobre o funcionamento ou financiamento dos sindicatos. Cada intromissão do Estado burguês na vida interna do sindicato é um passo para submetê-los à centralização política da burguesia.

Combate-se o burocratismo e a ingerência do patronato nas organizações de luta dos trabalhadores com a elevação política do proletariado e demais assalariados, sobre a base de sua democracia de base, e na luta pelas suas reivindicações.

Ainda que os revolucionários e os classistas verdadeiros não defendam a contribuição sindical compulsória, e sim que sejam os trabalhadores, partindo de sua elevação política, que sustentem seus organismos de luta, também defendem sempre sua completa independência de qualquer interferência do Estado sobre suas organizações de base. Diferentemente do que defende Mancha, não cabe ao Estado legislar sobre o funcionamento ou financiamento dos sindicatos. Cada intromissão do Estado burguês na vida interna do sindicato é um passo para submetê-los à centralização política da burguesia.

Assim, os sindicatos se aproximarão de dezenas de milhares de trabalhadores, que se irão filiar por convicção, e não por interesse individual ou a procura de benesses. Quando os sindicatos se transformem, de instrumentos de conciliação de classes, em organismos da luta de classes, os trabalhadores se mostrarão dispostos a financiar seus sindicatos, inclusive à custa de privações.

O autofinanciamento dos sindicatos é um produto da elevação da consciência política dos trabalhadores, que somente uma direção revolucionária é capaz de forjar, ajudando as massas a conquistar a completa independência política e organizativa de suas organizações de luta perante o Estado burguês e a burguesia. ●

**PPRI****Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista****ppri4.org**

ppri.partido@proton.me

correntesindicalmarxistagloria@proton.me //

correnteestudiantimarxistagloria@proton.me

II Encontro Internacional Leon Trotsky – *As tarefas do Trotskismo no Brasil de hoje – as confissões dos centristas*

O encontro foi organizado pelo Comitê Mario Pedrosa. Não tivemos acesso a tempo para nos inscrever.

Os debatedores foram, em sua maioria, de correntes que tiveram origem no morenismo (corrente argentina dirigida por Nahuel Moreno, o Movimiento al Socialismo – MAS); no Brasil, na Convergência Socialista, depois, no PSTU.

O PRIMEIRO A FALAR FOI O MES – ROBERTO ROBAINA. VEREADOR PELO PSOL EM PORTO ALEGRE.

Reconheceu que “o PT havia se integrado ao Estado burguês no primeiro mandato”, por isso foi necessário construir o PSOL. No entanto, em relação ao 3º governo de Lula, “tem de levar em conta a relação de forças, não se pode apenas ver a estratégia e tática gerais...”, é preciso “atualizar aquilo que dissemos no passado.” Afinal, é necessário “combater a extrema direita” “O desgaste do governo Lula fortalece a extrema direita.... tem de fazer mediação.” Temos de “enfrentar o governo e a extrema direita.” Ainda disse que se devem enfrentar as “políticas burguesas do governo Lula.”

POR – ERSON MARTINS OLIVEIRA

Começou criticando o estalinismo por destruir o programa. Note-se que tem atuado no Cerqui pela revisão completa do programa defendido por 3 décadas, sem nenhuma explicação dos “erros cometidos”. Declarou explicitamente que não iria criticar as demais correntes presentes.

Fala do revisionismo em geral, como se as correntes dali nada tivessem a ver com isso.

Disse “Pablo minou por dentro a direção da IV Internacional”. E o que ele mesmo fez, por dentro da direção do Cerqui, a não ser instalar o revisionismo do trotskismo aí?

Esses trechos de sua fala mostram que o MES reconhece que o PT se integrou ao Estado burguês. No entanto, a sua estratégia e tática gerais foram subordinadas à chamada correlação de forças, que não é da luta de classes, mas das componentes eleitorais. Compromete-se a não fazer desgaste do governo Lula, porque isso beneficiaria (eleitoralmente) a extrema direita. Conclui na tese da chamada “oposição de esquerda”: combater o governo e a extrema direita, afinal, são os campos eleitorais de força na situação atual. Quanto às políticas do governo, se deve combater aquelas que são “burguesas”,

como se houvesse outras que não são e deveriam ser apoiadas.

Quanto ao PSOL, diz que “os trotskistas chegaram a ser maioria no PSOL. Agora, o bloco majoritário não rompeu com reformismo” e o partido defende hoje o “programa democrático e popular”. Criticou a Democracia Socialista – “a DS se adaptou ao reformismo e saiu da IV”. Afirma que o “PSOL se afirmou como um partido com certa força” – conta hoje com 300 mil filiados. Lançou o “desafio: impedir que o PSOL se cristalice como reformista.”

Para isso, precisa “construir um polo socialista no PSOL e na sociedade.” Disse que “o MES tem 20% do PSOL”, e isso é um ponto de apoio para a construção desse polo. Lembrou da “força da CS nos anos de 1980”, e lamentou “o enfraquecimento eleitoral do PSTU, foi uma derrota do trotskismo.”

Essas afirmações demonstram que o oportunismo rege a política do pseudo trotskista MES. Tudo se subordina à tática eleitoral, a galgar votos e postos nas instituições da burguesia. Nada se diz sobre a penetração na classe operária (que sequer foi citada). Não é preciso concluir que é uma corrente revisionista, ele mesmo o afirma.

MRT – MÁIRA MACHADO, PROFESSORA DA REDE ESTADUAL DE SP EM SANTO ANDRÉ:

Afirmou que “a burguesia usou a extrema direita para aprovar contrarreformas” – como se as contrarreformas não fossem uma aspiração do conjunto da burguesia. Referiu-se a “mulheres, negros, LGBT etc. e classe trabalhadora”; nada de proletariado.

Falou de conjuntura e esquerda em geral, sem caracterizar um ou outro. Afirmou que “o golpe de 2016 marca o avanço de forças bonapartistas que serviram de base ao Bolsonaro” – pula olímpicamente Bolsonaro e vai ao governo de frente ampla, mas se esquece de dizer que apoiaram sua eleição. Note-se que não se referiu à virada de posição do MRT em 2016.

Criticou as correntes, exceto o POR. Chegou a criticar Moreno, mas tudo indica que não o estudou com profundidade, porque o maior problema de Moreno é a negação da estratégia da revolução e ditadura proletárias, e a tese da necessidade de apoiar um governo reformista como etapa necessária em direção à revolução socialista (ao que chamou de “fevereiro” e “outubro”).

Contou que o MRT bebe em diversas fontes teóricas, como se essas fontes teóricas não estivessem em contradição umas com as outras. A tese defazer um amálgama das diferentes posições é bem oportunista. Não existe a tese da “hegemonia operária” em Trotsky, e Gramsci a define de outra forma.

Mente sobre a defesa da bandeira de Frente Única Operária para os países atrasados, pois, nos 4 primeiros congressos da Internacional Comunista, a tese aprovada é da Frente Única Anti-imperialista nos países atrasados.

Criticou a organização por não convidarem a FIT argentina, que é a frente eleitoral da sua matriz ideológica, o PTS daquele país.

POR - ERSON MARTINS OLIVEIRA, PROFESSOR APOSENTADO DA PUC-SP:

Começou criticando o estalinismo por destruir o programa. Note-se que tem atuado no Cerqui pela revisão completa do programa defendido por 3 décadas, sem nenhuma explicação dos “erros cometidos”. Declarou explicitamente que não iria criticar as demais correntes presentes.

Fala do revisionismo em geral, como se as correntes dali nada tivessem a ver com isso.

Disse “Pablo minou por dentro a direção da IV Internacional”. E o que ele mesmo fez, por dentro da direção do Cerqui, a não ser instalar o revisionismo do trotskismo aí?

Afirmou que a “derrocada da URSS indicou mudança qualitativa na situação mundial: uma vitória da contrarrevolução imperialista que se serviu da burocracia estalinista”. Aqui, explicitou sua concepção de que a contrarrevolução ocorreu em 1991, na Rússia, por meio de uma transição sem uma guerra civil ou a intervenção armada externa. Depois de uma descrição histórica sobre o assassinato de Trotsky, afirmou que “não se faz análise sem prognóstico.” Mais uma vez, nenhuma palavra sobre seus prognósticos absurdamente errados feitos desde 2021, quando previu que a candidatura da burguesia seria o juiz Sergio Moro, apoiado pelo PSDB, e que “a burguesia não quer Lula.”

Concluiu com a afirmação e que é necessário “superar a crise de direção”, não realizando nenhuma colocação sobre a discussão concreta sobre o papel do trotskismo, apesar desse ser o tema do debate! Pior: ele reconhece que sua fala é abstrata!!!!

Certamente, não poderia se distinguir das demais correntes pseudo trotskistas, com quem faz suas alianças nas frentes sindicais, ora governistas, ora anti-governistas, ou sob a bandeira da oposição de esquerda (revolucionária).

PSTU - VERA LUCIA, DIREÇÃO NACIONAL DO PSTU

A representante do PSTU afirmou que hoje “temos uma direita democrática”. Não descreveu qual. Criticou “setores trotskistas que fazem parte do governo” – pseudo trotskistas, talvez a isso se referisse. Defendeu a prisão de Bolsonaro e de seus asseclas, rompendo com a tradição marxista de jamais se apoiar no Estado burguês, fonte da violência reacionária contra as massas. Disse que “a ultradireita não está no governo” – deve estar desinformada da concessão de ministros aos bolsonaristas do PSD, União Brasil, Republicanos e Progressistas.

Sobre a Ucrânia, mostrou total desconhecimento da reivindicação da população assalariada do Leste, que almejava a unidade territorial com a Rússia. Defendeu a tese morenista pró-Otan.

Disse que “Lula poderia fazer um governo diferente” – como? Se é um governo burguês, poderia governar contra a burguesia? Defendeu “um arcabouço social”, em oposição ao Arcabouço Fiscal. Como se tudo não passasse de uma questão de política governamental, de “vontade política”.

Segundo ela, se Lula agisse, a correlação de forças no país mudaria. Qual a conclusão dessa fala? Pressionar Lula para que agisse contra a burguesia que o elegeu e mantém no poder.

Colocou que “a falta de controle é que burocratizou as organizações das massas”, e desconhece as demais causas.... e especialmente a ação da burocracia em se preservar no controle dos sindicatos e centrais.

RESISTÊNCIA - CAMILA LISBOA, PRESIDENTA DO SINDICATO DOS METROVIÁRIOS DE SÃO PAULO

Para a representante da cisão pela direita do PSTU, “o fator mais importante mundial é a extrema direita.” Não explica a causa do fenômeno, nem mecanicamente. Provou estar bastante desinformada, quando supôs que Bolsonaro perdeu em MG, por exemplo. Para ela, a “tarefa mais importante era a eleição de Lula”. Criticou os esquerdistas que votaram no Lula e agora são oposição (PSTU). Declarou que “não existem mais estados operários”, por isso a guerra na Ucrânia é de imperialismos. Disse que Lula é um “governo de conciliação de classes” – e não pró-imperialista. Delirou, ao afirmar que “o PSOL não faz parte do governo”. Defendeu a “necessidade de frente única... com a burguesia”. E não se referiu ao proletariado.... igual à quase todos ali.

O debate mostrou como as correntes que afirmam defender o legado de Trotsky o renegam na prática, exatamente como o estalinismo fez com Lenin. Quando se referem à crise de direção, o fazem de forma abstrata, não explicando jamais por que não penetram no proletariado. Cumprir essa tarefa depende da firmeza na defesa do programa, coisa que todos provaram não serem capazes de fazer. Os filo-morenistas e morenistas tomam como referência de construção de partido a votação obtida nas eleições burguesas. O pseudo defensor de Lora renega as teses que o revolucionário boliviano defendeu em vida, de fato fundamentado em Trotsky, e que foram pisoteadas depois de sua morte. A atitude de combater politicamente alguém em seu nome, e que já não pode defender-se, mostra bem do que se está falando.

Um debate acadêmico, sem nenhuma ligação com a vida e a luta atual das massas, na maioria de governistas, e na minoria de opositores inconsequentes. Que lástima para Trotsky, ter seu nome ligado a tudo isso. ●

83 anos do assassinato de Trotsky por Stalin

Coloquemos em pé a IV Internacional! Defendamos as conquistas da Revolução Russa! Coloquemo-nos sob o programa da Revolução Política! Destruamos o capitalismo moribundo por meio da Revolução Socialista Mundial!

Em agosto de 1940, Trotsky foi assassinado a mando de Stalin, pouco depois de organizar a IV Internacional, com o objetivo de preservar o programa e os métodos desenvolvidos pela luta revolucionária do proletariado mundial e russo.

Trotsky defendeu a URSS contra todos os que vacilavam ou a traíam diante das ameaças e ataques do imperialismo, sem nunca apoiar politicamente a casta burocrática que se apropriou do Estado Operário, nem seus métodos. Ele o fazia porque tinha claro que a defesa das conquistas revolucionárias do proletariado russo eram parte da defesa da revolução socialista mundial, e do combate cotidiano das massas por suas reivindicações, contra os capitalistas e seus governos. Criticou ferozmente a burocracia dirigente, caracterizando-a como contrarrevolucionária e restauradora do capitalismo. Prognosticou que a permanência da burocracia no poder levaria à destruição do estado operário e restauração capitalista. Isto porque essa burocracia se guiava apenas pela preservação da fonte de seu poder e seus ganhos, por isso tinha como objetivo estabelecer acordos circunstanciais com o imperialismo, o que foi chamado de “convivência pacífica”. A destruição do capitalismo no mundo dependia da direção proletária à frente dos estados operários, pois o proletariado poderia levar a guerra contra o imperialismo até o fim, até a República Mundial Socialista.

Em 1923, Trotsky elaborou o livro “O Novo Curso”, em que mostra as bases materiais e políticas da burocratização do estado operário. Em 1940, se publicará o “Em Defesa do Marxismo”, que agrupa cartas e textos dos anos de 1937 a 1940, em que Trotsky realiza o balanço da trajetória da burocracia e para onde ela caminha. Boa parte desses textos são de polêmica contra os que rejeitavam apoiar a URSS num conflito militar com as potências imperialistas. Por isso, destacamos algumas passagens desse livro, que tem suas teses plenamente aplicáveis à situação atual, e que defendemos como base para formular as bandeiras que correspondem à atual situação e criticar as correntes que se afastaram do marxismo-leninismo-trotskismo.

UMA NOVA FORMAÇÃO SOCIAL INDEPENDENTE. UMA INVENÇÃO

“As características da centralização e da coletivização, determinam tanto a política da revolução como a da contrarrevolução; porém, de forma alguma, isto significa que seja possível se igualar a revolução, o Termodor, o fascismo e o “reformismo”, como resultado da prostração política da classe operária. O fenômeno, em si mesmo, é incontestável. Porém, onde estão seus limites e qual o seu peso histórico? O que nós aceitamos como uma deformação de um período transitório, como o resultado do desenvolvimento desigual de múltiplos fatores no processo social, é considerado por Bruno R. como uma forma-

ção social independente, na qual a burocracia é a classe dirigente. De todas as formas, Bruno R. tem o mérito de tirar o problema do círculo vicioso dos exercícios terminológicos em cadernos escolares e passá-lo ao plano das generalizações históricas mais importantes. Isso faz com que fique mais fácil descobrir o seu erro.”

ESTATISMO BURGUÊS E NACIONALIZAÇÃO PROLETÁRIA

“As medidas “parciais” de intervenção estatal e nacionalização diferem na realidade da economia planificada de estado, tanto quanto a reforma difere da revolução. Mussolini e Hitler estão somente “coordenando” os interesses dos proprietários e “regulando” a economia capitalista, e além disso tudo, principalmente para fins bélicos. A oligarquia do Kremlin é, repitamos, outra coisa: tem a oportunidade de dirigir a economia como organismo, só pelo fato da classe operária russa ter levado a cabo a maior virada nas relações de propriedade de toda a história. Esta diferença não pode ser deixada de lado.”

LIGAÇÃO ENTRE DEFESA DA URSS E REVOLUÇÃO MUNDIAL

“A defesa da URSS, para nós, coincide com a preparação da revolução mundial. Somente aqueles métodos que não entrem em conflito com os interesses da revolução são admissíveis. A defesa da URSS está ligada à revolução socialista mundial, assim como uma tarefa tática está ligada a uma estratégia. Uma tática está subordinada a um fim estratégico e de forma nenhuma pode entrar em contradição com este último.”

O QUE É INDISPENSÁVEL NA DEFESA DA URSS

“O que defendemos na URSS? Não são aquelas coisas nas quais a URSS se parece com os países capitalistas, mas precisamente aquilo em que ela se diferencia destes. Na Alemanha, também defendemos uma insurreição contra a burocracia dirigente, porém só para derrotar imediatamente a propriedade capitalista. Na URSS, a derrota da burocracia é indispensável para a preservação da propriedade estatal.”

O PAPEL DA NACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

“No entanto, nossa análise geral sobre o Kremlin e o Comintern, não modifica o fato particular de que a estatização da propriedade, nos territórios ocupados, é em si mesmo uma medida progressiva. Reconhecemos isso abertamente. Se amanhã Hitler lançar seus exércitos contra o Leste, para restaurar a “lei e a ordem” na Polônia Oriental, os operários avançados defenderão, contra Hitler, estas novas formas de propriedade estabelecidas pela burocracia bonapartista soviética.”

NENHUM APOIO POLÍTICO À BUROCRACIA

“Não confiamos nenhuma missão histórica ao Kremlin. Estivemos e continuamos contra ocupações de novos territórios pelo Kremlin. Estamos pela independência da Ucrânia soviética, e se os bielo-russos quiserem, também da Bielo-Rússia soviética. Ao mesmo tempo, nas partes da Polônia ocupadas pelo exército russo, os partidários da Quarta Internacional devem jogar um papel decisivo na expropriação dos grandes proprietários de terra e capitalistas, na distribuição de terra entre os camponeses, na criação de sovietes e comitês operários etc. Enquanto fazem isso, devem conservar sua independência política, devem lutar, nas eleições para os sovietes e comitês de fábrica, pela total independência destes organismos frente à burocracia, e devem realizar propaganda revolucionária no espírito de desconfiança com relação ao Kremlin e seus agentes locais. Porém, suponhamos que Hitler aponte seus canhões para o Leste e invada os territórios ocupados pelo exército vermelho. Sob estas condições, os partidários da Quarta Internacional, sem modificar de forma alguma sua atitude frente à oligarquia do Kremlin, colocarão como a mais urgente tarefa do movimento, a resistência militar contra Hitler. Os operários dirão: “Não podemos deixar que Hitler derrote Stalin; isso é tarefa nossa”. Durante a luta militar contra Hitler, os operários revolucionários devem se esforçar para manter as relações, as mais fraternas possíveis, com a base dos lutadores do exército vermelho. Enquanto isso com as armas nas mãos, lutam contra Hitler, os bolcheviques deverão ao mesmo tempo, fazer propaganda revolucionária contra Stalin, preparando sua derrota para a próxima, a talvez muito próxima, etapa.”

DERRUBADA DA BUROCRACIA ESTÁ SUBORDINADA À PRESERVAÇÃO DA PROPRIEDADE ESTATAL

“Devemos formular nossas palavras-de-ordem de tal forma, que os operários vejam claramente o que é que estamos defendendo na URSS (propriedade estatal e economia planificada) e contra quem estamos levando uma luta implacável (a burocracia parasitária e seu Comintern). Não devemos perder de vista, por um só momento, o fato de que para nós, a questão da derrubada da burocracia soviética está subordinada à questão da preservação da propriedade estatal dos meios de produção na URSS; que a questão da manutenção da propriedade estatal nos meios de produção da URSS está subordinada, para nós, à questão da revolução proletária mundial.”

CASTA OU CLASSE

“o simples fato de qualificar a burocracia como classe não tem valor. Se a canalha bonapartista é uma classe, isto significa que não é um aborto, mas uma criatura viável na história. Se seu parasitismo saqueador é “exploração”, no sentido científico da palavra isto significa que a burocracia possui um futuro histórico como classe dirigente indispensável de um dado sistema econômico. Aqui está o ponto final, para o qual se dirigem os impacientes impugnadores, quando cortam suas amarras com a disciplina marxista!”



“Não devemos perder de vista, por um só momento, o fato de que para nós, a questão da derrubada da burocracia soviética está subordinada à questão da preservação da propriedade estatal dos meios de produção na URSS; que a questão da manutenção da propriedade estatal nos meios de produção da URSS está subordinada, para nós, à questão da revolução proletária mundial.”

O KREMLIN FOI OU É IMPERIALISTA?

“Pode-se qualificar de imperialista a atual expansão do Kremlin? Em primeiro lugar, devemos estabelecer qual é o conteúdo social deste termo. A história conheceu o “imperialismo” do Estado romano, baseado no trabalho escravo, o imperialismo da propriedade feudal da terra, o imperialismo do capital industrial e comercial, o imperialismo da monarquia czarista etc. Sem dúvidas, a força propulsora da burocracia de Moscou é a tendência em expandir seu poder, seu prestígio, seus investimentos. No sentido amplo da palavra, este é o elemento de “imperialismo”, que no passado era próprio de todas as monarquias, castas dirigentes, Estados e classes medievais. No entanto, na literatura contemporânea, pelo menos na literatura marxista, se entende por imperialismo a política expansionista do capital financeiro, que possui um conteúdo econômico perfeitamente definido. Utilizar a palavra “imperialismo” para a política externa do Kremlin - sem esclarecer perfeitamente o que significa - equivale, simplesmente, a identificar a política da burocracia bonapartista com a política do capitalismo monopolista, baseados no fato de que tanto uma como a outra utilizam sua força militar para a expansão. Semelhante identificação, capaz unicamente de semear a confusão, é muito mais própria de democratas pequeno-burgueses do que de marxistas.”

A AUTODETERMINAÇÃO ESTÁ SUBORDINADA À DEFESA DAS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO

“Porém, a questão se coloca desta forma - dizem alguns camaradas: Não é mais correto chamar os operários e camponeses de ambas as partes da Polônia anterior a se levantarem contra Hitler e contra Stalin? Naturalmente

que isto é bem mais atraente. Se a revolução tivesse surgido simultaneamente na Alemanha e na URSS, incluindo as províncias recentemente ocupadas, isto resolveria muitas questões de uma só vez. Porém, nossa política não pode se basear unicamente na combinação de circunstâncias mais favoráveis e felizes. O problema é colocado assim: O que fazer se Hitler, antes de ser derrotado pela revolução, atacar a Ucrânia antes que a revolução tenha derrotado Stalin? Neste caso, os partidários da Quarta Internacional lutarão contra as tropas de Hitler, como lutaram na Espanha nas fileiras republicanas, contra Franco? Com muita firmeza, e de todo coração, estamos a favor de uma Ucrânia Soviética independente (tanto de Hitler como de Stalin). Porém, que fazer se antes de ter obtido esta independência, Hitler tentar se apoderar da Ucrânia, que está sob o domínio da burocracia stalinista? A Quarta Internacional responde: defenderemos esta Ucrânia escravizada por Stalin contra Hitler.”

CRÍTICA À POSSIBILIDADE E TRANSIÇÃO PACÍFICA DO ESTADO OPERÁRIO AO BURGUESES

“É neste momento que Craipeau, mais contente que nunca, cita outra afirmação da Revolução Traída a propósito da burocracia soviética: “se estas relações chegarem a ser estabelecidas, legalizadas, elevadas ao nível de normas, sem nenhuma resistência ou apesar da resistência dos trabalhadores, levarão à liquidação completa das conquistas da revolução proletária”. E Craipeau conclui: “Assim, o camarada Trotsky vislumbra (para o futuro) a possibilidade de transição do Estado operário para o Estado capitalista sem intervenção militar” (?). Em 1933 podíamos chamar isto de “passar o filme reformista ao contrário”. Em 1937, o chamamos da mesma forma. O que a meus olhos não era senão um argumento lógico, converte-se para Craipeau em um prognóstico histórico. Sem guerra civil vitoriosa, a burocracia não pode dar origem a uma nova classe dominante. Esta sempre foi e continua sendo a minha convicção. Pelo contrário, o que se produz neste momento na URSS não é senão uma guerra civil preventiva, desencadeada pela burocracia. E apesar de tudo não tocou ainda nas bases econômicas do Estado criado pela revolução; o qual, apesar de todas as deformações, assegura o desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas.”

DIFERENÇA ENTRE O PODER DE UM CAPITALISTA E O DA BUROCRACIA NA URSS

Na crítica a Craipeau: “A propriedade privada está em vias de restauração, a herança a caminho de restabelecer-se!”. Mas Craipeau abstêm-se de dizer que se trata da

propriedade dos objetos de utilidade pessoal e não dos meios de produção. Esquece-se igualmente de mencionar o fato de que o que os burocratas, incluindo os da alta hierarquia, possuem a título privado, não é nada ao lado dos recursos materiais que lhes são proporcionados pelas suas funções; também esquece que a recente “purga” que, de um só golpe, reduziu milhares e milhares de famílias de burocratas à pobreza, mostra precisamente a extrema fragilidade dos laços que existem entre os próprios burocratas — e com mais razão a sua família — e a propriedade de Estado.”

Sem guerra civil vitoriosa, a burocracia não pode dar origem a uma nova classe dominante. Esta sempre foi e continua sendo a minha convicção. Pelo contrário, o que se produz neste momento na URSS não é senão uma guerra civil preventiva, desencadeada pela burocracia. E apesar de tudo não tocou ainda nas bases econômicas do Estado criado pela revolução; o qual, apesar de todas as deformações, assegura o desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas.”

É DECISIVO. QUEM DERRUBA A BUROCRACIA

“Stalin derrubado pelos trabalhadores: é um grande passo para o socialismo. Stalin eliminado pelos imperialistas: é a contrarrevolução que triunfa.”

O QUE DEFINE O REGIME SOVIÉTICO

“(sobre Craipeau) Como dissemos, o segundo argumento tem um caráter político: “o conceito de ditadura do proletariado não constitui uma categoria essencialmente econômica, mas sim, em primeiro lugar, política (...). Todas as formas, todos os organismos, todas as instituições do Estado de classe do proletariado estão hoje destruídas e isso significa que o Estado de classe do proletariado está destruído.” Este segundo argumento, considerado isoladamente, parece surpreendente, depois dos desenvolvimentos sobre as “formas

diversas” do regime proletário. Evidentemente, a ditadura do proletário é, não só “essencialmente”, mas sim total e inteiramente, uma “categoria política”. No entanto, a política em si mesma não é senão economia concentrada. A dominação da social-democracia no Estado e os soviets (na Alemanha em 1918-1919) não tinha nada em comum com a ditadura do proletariado, na medida em que deixava intacta a propriedade burguesa. Em contrapartida, um regime que conserva propriedade expropriada e nacionalizada contra o imperialismo é, por isso, independentemente das formas políticas, a ditadura do proletariado.”

PROGNÓSTICO QUE ANTEVIU A CHINA COMO GRANDE ECONOMIA

“As possibilidades criadoras da economia são tão grandes que as forças produtivas, apesar do freio burocrático, ainda são capazes de se desenvolver durante muitos anos, mas com um ritmo de progressão muito mais moderado que até agora. Hoje é quase impossível avançar um prognóstico preciso a este respeito. Em todo caso, a crise política que neste momento dilacera a burocracia, é muito mais perigosa para ela do que a perspectiva de uma parada no desenvolvimento das forças produtivas.” ●

4 de agosto de 1983

GOLPE DE ESTADO NO ALTO VOLGA

No dia 4 de agosto de 1983, o capitão do exército Thomas Sankara liderou um golpe de Estado no Alto Volga (nomeada logo depois de Burkina Faso), que teve por principal objetivo uma radical transformação econômica, social e política do atrasado país: iniciou-se a reforma agrária, com a nacionalização de parte das terras e sua entrega ao campesinato e tribos (propriedade comunal); avançou-se à nacionalização de recursos naturais e à industrialização agrícola; realização de campanhas de alfabetização e vacinação em massa; apresentação de medidas visando à “emancipação feminina” e a à proteção meio-ambiental; declarou-se solidariedade com os “processos revolucionários” no continente; assim como na criação de “juntas revolucionárias” nos sindicatos e instituições, copiando e aplicando os modelos de “gestão democráticas” dos regimes soviéticos e cubano, dentre outras medidas.

Desde que consumado o golpe, o imperialismo, apoiado nas oligarquias tribais e setores da burocracia estatal e sindical deslocadas, preparou um golpe de Estado, que viria a acontecer em 15 de outubro de 1987. Sankara foi assassinado por um ex-aliado, Blaise Compaoré, que se manteve no poder por 27 anos, fraudando eleições, apoiado pelo imperialismo, sendo derrubado por uma revolta popular, em 2014.

A derrocada de Sankara não apagou as tendências de luta e anti-imperialistas das massas. O levante de 2014 contra Compaoré as recolocou de forma instintiva, ao derrubar o governo servil do imperialismo francês. O recente golpe no Níger, apoiado por 80% da população, é expressão dessa tendência, ao derrubar um presidente que se mostrou um

solícito vassalo dos ditames dos monopólios. Sua derrocada, porém, também demonstrou os limites dos movimentos revolucionários que se submeteram à burocracia estalinista russa, visando ao apoio econômico, diplomático e militar. As suas manobras diplomáticas de então, visando a abortar a projeção continental das tendências revolucionárias, e usar Burkina Faso como moeda de troca para negociar acordos de convivência pacífica com o imperialismo, acabou por isolar a “revolução”, e favoreceu os objetivos imperialistas de avançar os preparativos golpistas.

A convulsiva situação na África e a desagregação da dominação imperialista no continente abrem uma via favorável às revoltas das massas em luta pela autodeterminação nacional, pela revolução agrária e pela superação do atraso e da opressão nacional. Porém, ausente sua direção revolucionária, as massas continuarão servindo de base de apoio aos movimentos golpistas ou democratizantes de setores nacionalistas do exército, ou da pequena burguesia, que já demonstraram - há muito - serem impotentes para resolver as tarefas democráticas pendentes. Daí a importância e a urgência de construção dos partidos revolucionários por todo o continente africano, que, sob o programa da revolução e ditadura proletárias, e da estratégia dos Estados Unidos Socialistas da África, permitirão aos oprimidos conquistarem sua completa independência e autodeterminação nacionais, e abrir caminho à transição ao socialismo, transformando a grande propriedade privada monopolista em propriedade estatizada. ●

8 de agosto de 2008 – Guerra na Geórgia

Derrota do exército vassalo da OTAN pela Rússia

No ano de 2008, o então presidente da Geórgia, Mikhail Saakashvili, decidiu liquidar com o movimento separatista da minoria étnica de ossetas, que autoproclamou a “República de Ossétia do Sul”; região autônoma que, junto de Abkhazia, declararam seu objetivo de se separar da Geórgia, após a queda da URSS, mas que ainda permaneciam submetidos ao governo e ao estado georgianos.

Desde a queda da URSS, a Geórgia deu grandes passos rumo à restauração, e acabou como país vassalo do imperialismo. Seu exército foi treinado e armado pela OTAN. A invasão georgiana na região da Ossétia do Sul ocorreu quando estava em discussão o ingresso da Geórgia na OTAN. Passo que foi adiado, pelos receios do imperialismo diante da resposta da Rússia, que tinha alertado que não iria tolerar uma base da OTAN no país.

Quando as tropas georgianas estavam prestes a derrotar a milícia osseta, o então presidente russo Dmitry Medvedev (Putin era primeiro-ministro), em 8 de agosto, aprovou a intervenção militar da Rússia, para “defender” os ossetas. Em cinco dias, o exército georgiano foi esmagado pelos russos.

Derrotado o exército georgiano e com tropas russas na Ossétia do Sul, sua população decidiu em plebiscito pela independência e pela integração à Rússia, como aprovado no plebiscito de 2006, realizado na região. Após a vitória russa, a população de Abkhazia também decidiu pela separação e integração à Federação Russa. Integrando essas regiões, a Rússia reforçava suas fronteiras ao Sul, contra o cerco imperialista.

A ofensiva militar georgiana expôs o objetivo de impor a “integridade” territorial pela força, contra os anseios independentistas de Ossétia do Sul e de Abkhazia. Integridade essa baseada na opressão da minoria russa, e marcada pelo objetivo imperialista de cercar a Rússia. Com as devidas proporções e diferenças históricas, a guerra na Ucrânia reflete as mesmas forças econômicas e sociais em choque na Geórgia à época: as dos Estados operários (degenerados) e as das potências imperialistas. A “Revolução das Rosas” (Geórgia) antecipou a “Revolução Laranja” (Ucrânia), golpes arquitetados para remover as burocracias pró-russas, que ainda governavam esses países, e que favoreceram a formação de governos burgueses que permitiriam usar a Geórgia e a Ucrânia como ponta de lança para destruir a propriedade estatizada e o Estado operário degenerado da Rússia.

Como aconteceu com a derrota da OTAN em 2008, sua derrota na Ucrânia ajudará conjunturalmente a preservar o Estado Operário e a propriedade estatal/nacionalizada que, apesar das profundas deformações feitas pela burocracia russa, devem ser defendidos pelas massas mundiais contra o imperialismo. O programa da revolução política encarna as tarefas históricas colocadas ao proletariado russo, de derrubar a burocracia e de reinstalar seu controle sobre o Estado e a economia estatizada, sobre cuja base se retomarão os passos da transição ao socialismo e da revolução socialista mundial. ●

Por dentro da cúpula dos BRICS, está a contradição e a luta de morte entre sistemas econômicos e sociais antagônicos

A XV reunião dos BRICS (África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia), na África do Sul, finalizou com a adesão formal de mais seis países ao bloco. A cúpula foi precedida por resistências internas e pressões externas à ampliação. Mais de 40 países se declararam favoráveis a ingressar no BRICS. 25 deles já fizeram uma solicitação prévia, enquanto 23 já apresentaram formalmente a petição: Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Bahrein, Bielorrússia, Bolívia, Cuba, Egito, Emirados Árabes Unidos, Honduras, Indonésia, Irã, Marrocos, Kuwait, Venezuela, Vietnã, etc. A China – maior economia e principal base econômica do bloco – pressionou pela inclusão de novos membros. Sua insistência, apoiada pela Rússia, concluiu na adesão de Argentina, Irã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito e Etiópia.

Houve ainda avanço na discussão de criar uma moeda para as transações e comércio, atacando abertamente o dólar norte-americano como referência mundial. Apesar de ainda ter de caminhar até sua aprovação e aplicação – com a possibilidade de uma guerra e novas manobras imperialistas para frear esse percurso – a declaração representa mais um passo dos Estados Operários degenerados em sua ofensiva política e comercial no mercado mundial, e mais um retrocesso do imperialismo dos EUA, Europa e Japão, especialmente na África e Oriente Médio. Isso explica por que, quando se discutiu a guerra na Ucrânia, apenas se assinou uma declaração genérica, que afirma o objetivo dos BRICS em “*contribuir eficazmente para um cessar fogo e uma paz justa e duradora*”. Não havia como impor uma posição contrária aos interesses russos e chineses a respeito, e não seria bom para o comércio desses países assumir uma posição formalmente pró-Rússia.

Os BRICS representam agora 35% do PIB, 18% do comércio e 46% da população mundial. Neles, estão representados a maior indústria mundial e uma fonte de investimentos trilionários por todo o mundo. A lista de países semicoloniais e atrasados que pretendem entrar no bloco cresce atraída pelas possibilidades de investimento e financiamento, que se apresentam como alternativas à decadência das economias imperialistas. O que levou à aprovação de mecanismos e procedimentos para novas inclusões. Trata-se especialmente de garantir a adesão daqueles países que possuem fontes de matérias primas, mercados, vias de transporte e rotas comerciais vitais à preservação e expansão das economias nacionalizadas, sobre as quais se apoiam as burocracias parasitárias. A Rússia depende desse desenvolvimento para ampliar suas exportações, manter sua economia funcionando, consolidar seus interesses militares, e resistir ao cerco imperialista. Apesar dos países que se integram aos BRICS, ou pretendem fazê-lo, não terem peso decisivo na economia mundial, sua inclusão permitiria reunir os maiores produtores de petróleo e gás do Oriente Médio, assim como países de importância geoestratégica (Egito, Irã, Arábia Saudita, etc.), sob influência das burocracias chinesa e russa, que procuram fortalecer sua presença em regiões em disputa com o imperialismo.

Essas movimentações têm reflexos particulares na África. Os trilionários investimentos chineses no continente são uma eficaz alavanca para reforçar o país como principal

parceiro comercial e investidor. Mas, também a Rússia se vê favorecida, ao lhe garantir uma base continental a suas movimentações diplomáticas e investimentos econômicos particulares. Essa intervenção, ainda que responda aos interesses particulares das burocracias, cria uma base de apoio delas entre as massas africanas, que vêm na influência chinesa ou russa uma via para romper a exploração histórica de seus países pelo imperialismo. O que acaba criando sérios obstáculos às potências e aos governos submissos. A decisão da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), de aprovar a intervenção militar no Níger, não se pôde ser realizada, em primeiro lugar pela resistência interna ao ataque, demonstrada em manifestações de massa nos países da CEDEAO. Burkina Faso e Mali, aliados da China e Rússia, mostraram estarem dispostos a apoiar militarmente o Níger, caso aconteça a invasão. O governo militar desse país aprovou a presença de tropas desses países aliados em seu território. Na Nigéria, maior economia desse bloco africano, e o país com o maior e mais bem armado exército, houve grandes manifestações em defesa do governo militar do Níger, e pela expulsão das tropas francesas assentadas no país. Trata-se de um claro sinal das tendências anti-imperialistas presentes entre as massas africanas, e uma ameaça aos governos submissos ao imperialismo.

Na base do agravamento da guerra comercial e das tendências bélicas que chocam Rússia e China contra o imperialismo e seus vassalos está o choque de dois sistemas econômicos e sociais antagônicos: de um lado, as forças produtivas desenvolvidas sobre a base da economia e propriedade nacionalizadas pelas revoluções (apesar da política contra revolucionária das burocracias no poder), de outro, as forças produtivas em decomposição da grande propriedade burguesa dos meios de produção, que se expressam no declínio econômico das potências. A cúpula dos BRICS, e seu avanço nos continentes, é parte dos choques entre as potências imperialistas e os estados operários degenerados.

Nas condições concretas criadas pelo desenvolvimento histórico, a derrota imperialista e dos governos vassalos sem nunca apoiar politicamente os governos ditatoriais e as burocracias contra revolucionárias, nem seus métodos ditatoriais militares – é parte da tática do derrotismo revolucionário, política que os explorados e oprimidos dos países imperialistas desenvolvem contra suas burguesias e governos. A derrota militar da OTAN na Ucrânia e a derrota das “democracias” da CEDEAO contra a “ditadura” no Níger favorecem a luta dos explorados internacionalmente, e ajudam a preservar transitoriamente a propriedade nacionalizada, ao enfraquecer a ofensiva imperialista que busca sua destruição. Os explorados nas potências devem fazer tudo a seu alcance para favorecer a derrota do militarismo imperialista. Isso é parte do verdadeiro internacionalismo proletário revolucionário. É com essa compreensão que a vanguarda que não deu as costas à herança do marxismo-leninismo-trotskismo pode caminhar sobre bases firmes para retomar os esforços pela reconstrução da IV Internacional, e forjar em seus países os partidos proletários revolucionários internacionalistas. ●

COMO A CHINA ATUA SOBRE A CRISE NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL/IMOBILIÁRIO?

O setor da construção civil na China tem aparecido na imprensa burguesa desde a crise de endividamento da gigante empresa privada *Evergrande*, anunciada em 2021. A empresa *Country Garden*, listada entre as maiores 500 empresas do mundo, no final de 2022, também não honrou com os juros de suas dívidas, no final de julho; dívidas estimadas em US\$ 165 bilhões. Ela é a maior incorporadora de vendas no setor imobiliário. Suas ações caíram 18%, no início de agosto. Em seguida, no dia 18 de agosto, a mesma *Evergrande* solicitou oficialmente, nos EUA, ajuda para não entrar em falência. Com estes e outros fatos, o setor financeiro internacional, que detém ações nestas empresas gigantescas, impõe editoriais econômicos alarmistas sobre a extensão da crise e sobre a situação geral da economia chinesa. A pergunta que os marxistas devem responder é se, como nos EUA, a crise no setor da construção civil chinês pode significar uma crise geral da economia, e como a China, dominada pela grande propriedade estatal e pela burocracia do partido comunista, responde à crise no setor.

O setor imobiliário e de construção civil representa cerca de 25% do PIB chinês. A crise de endividamento das empresas do setor revela, portanto, um estrangulamento do mercado interno. Em julho deste ano, a agência *Goldman Sachs* alterou sua previsão de queda para o setor, no mercado interno chinês, de 25% para 33%, no segundo semestre de 2023. Apesar de o PIB da China continuar crescendo, tendo já alcançado 2,9% de crescimento no primeiro semestre de 2023; do total de 5,5% de previsão para o ano, a taxa de investimento em imóveis no país caiu 5,4%, em relação a 2022. Em junho, o início de novas construções havia caído 24,3%, em relação ao ano anterior.

Acompanhando a *Country Garden*, outra empresa chinesa, a *Shimao*, voltada ao mercado de imóveis de luxo, também apresentou um

O setor imobiliário e de construção civil representa cerca de 25% do PIB chinês. A crise de endividamento das empresas do setor revela, portanto, um estrangulamento do mercado interno.

calote no início de agosto, no valor de US\$ 1,02 bilhão. A empresa alega uma diminuição de 72% nas vendas do primeiro semestre de 2023, em relação ao ano anterior.

A situação ruim do setor da construção civil, no mercado interno, ficou evidente em setembro de 2021, quando a *Evergrande*, a segunda maior empresa da China no setor, indicou dificuldade em honrar com as dívidas, que giram em torno de US\$ 300 bilhões. Embora o governo chinês, por meio de seus bancos estatais, tenha permitido a renegociação de parte de suas dívidas, a empresa tem credores em todo o mundo. Agora, no início de agosto, a empresa solicitou, em um tribunal nos EUA, uma “proteção” contra possíveis processos judiciais, enquanto realiza o plano de “reestruturação financeira”. O pedido se ancora na ideia que é melhor “esperar” a empresa se reestruturar financeiramente, do que solicitar a falência, assim consegue arrolar suas dívidas para frente.

O preço dos imóveis na China também tem caído, nos últimos meses. Com base nas 70 maiores cidades, houve uma queda de 1,5%, em dezembro de 2022, em relação a 2021. A situação da construção civil se espalha para outros setores, como o da indústria siderúrgica, que se utiliza do ferro/aço. Segundo os dados da organização *World of Steel*, a indústria chinesa do setor contraiu 7,3%, em maio de 2023, frente ao mesmo período em 2022. Conforme dados da *Iron and Steel Association*, organização chinesa do setor, quase metade das principais usinas sofreu prejuízo, nos primeiros cinco meses do

presente ano. O preço do ferro, no mercado internacional, já tem uma queda acumulada de 20% em 2023, já que a China é uma das maiores produtoras, mas também exportadoras do minério, do planeta.

A POLÍTICA DA BUROCRACIA ESTATAL CHINESA

Diante destes números, tanto em relação ao setor em específico quanto à contração da economia interna, a política da burocracia do Partido Comunista chinês tem sido continuar estimulando o consumo, com a redução de juros, que passaram a 2,5% ao ano.

No entanto, o baixo consumo interno continua produzindo deflação, de 0,3% para os consumidores, e de 4,4% para os produtores, segundo os dados de julho de 2023, comparados ao ano anterior. O registro de aumento do desemprego entre a juventude chinesa, de até 24 anos, chegando a 21,3%, reforça o desaquecimento da economia nos setores como o da construção civil, que empregam trabalhadores menos qualificados.

A resposta da burocracia, seguindo certo receituário burguês também empregado por estados capitalistas, como o Japão, não resolveria e não resolve, no entanto, este problema e esta crise atual. O problema é que a crise é maior quando se olham para os dados gerais da relação entre a economia chinesa e o restante da economia mundial. A economia da China, com sua rápida expansão para o mundo, aumentou sua dependência do mercado mundial, capitalista. Seus dados de importação e exportação, no primeiro semestre de 2023, também caíram. O valor total de exportações caiu 14,5%, e o das importações, 12,4% em julho, na comparação anual. Retração interna e externa revelam as contradições em que o país está mergulhado, ao se apoiar em dois pilares antagônicos, a propriedade estatal (nos principais ramos da economia) e as leis de assalariamento e de acumulação (ca-

pitalistas), que permitem concentração de riquezas em mãos privadas. A propriedade estatal permite poder de investimento e necessidade de contínua expansão para o conjunto do planeta, as leis de assalariamento e de acumulação estrangulam os mercados consumidores.

A propriedade estatal dominante, fruto da revolução, no entanto, apresenta uma potencialidade muito superior à da propriedade privada, pressionando a burocracia do Estado a se utilizar também das contradições da economia capitalista. É o que se vê, nos últimos dez anos, com a política lançada em 2013, “Belt and Road Initiative” (BRI), conhecida como a “Nova Rota da Seda”, que coloca, em outros termos e sob uma forma histórica nova, o problema da expansão de uma economia nacional, e de sua propriedade nacionalizada.

A propriedade estatal dominante, fruto da revolução, no entanto, apresenta uma potencialidade muito superior à da propriedade privada, pressionando a burocracia do Estado a se utilizar também das contradições da economia capitalista. É o que se vê, nos últimos dez anos, com a política lançada em 2013, “Belt and Road Initiative” (BRI), conhecida como a “Nova Rota da Seda”, que coloca, em outros termos e sob uma forma histórica nova, o problema da expansão de uma economia nacional, e de sua propriedade nacionalizada.

A “NOVA ROTA DA SEDA”

O projeto, lançado em 2013 pelo governo chinês, tem como objetivo interligar os continentes asiático, europeu e africano, de modo a permitir um maior escoamento das mercadorias entre os países e, sobretudo, dos manufaturados chineses para o conjunto do globo. Sua primeira etapa inclui uma série de investimentos em infraestrutura e transporte entre os países.

A iniciativa apresentada em 2013 não é, no entanto, o começo da ofensiva política econômica externa do governo chinês. O instituto norte-americano *American Enterprise Institute for Public Policy Research* estimou que, entre 2005 a 2018, a China já havia investido, nos cinco continentes, cerca de US\$ 1,9 trilhão, algo 13 vezes maior do que os EUA investiram na reconstrução da Europa, depois da Segunda Guerra Mundial, mostrando que, mesmo antes de se tornar a principal economia industrial do planeta, o Estado chinês já se lançava em acordos e em obras de infraestrutura em outros países. Hoje, a China já é o segundo maior credor de países do planeta, atrás apenas do FMI.

A “nova rota” colocava, como objetivo inicial, conectar, de forma mais efetiva e eficiente, regiões da Europa, do Oriente Médio, da Ásia e da África. Essa conexão deve ser tanto por vias terrestres quanto marítimas (Oceano Pacífico, Índico e Mar Mediterrâneo). Para tanto, já em 2014, contava com acordos com a “União Econômica Eurasiana”, da Rússia; com o “Plano Master de Conectividade”, da ASEAN (Sudeste asiático); com a “Bright Road Initiative”, do Cazaquistão; com a “Development Road Initiative”, da Mongólia; com a iniciativa “Dois Corredores, Um Círculo Econômico”, do Vietnã.

Sete anos depois, em março de 2021, 139 países já haviam fechado acordos no interior do BRI, correspondendo a cerca de 40% do PIB global, e atingindo já quase um US\$ 1 trilhão em investimentos chineses, segundo o Ministério das Relações Exteriores do país. Apenas no primeiro semestre de 2023, 103 novos acordos foram fechados com estes países, com valor total de R\$ 212 bilhões em projetos de infraestrutura.

Articulando projetos já em andamento na África, a “nova rota” consolidou a China como a maior parceira econômica do continente, já há 14 anos. As suas parcerias foram responsáveis, entre 2000 a 2020, pela criação da maior rede de transportes que o continente conheceu no último século. Foram mais de 13.000 km de ferrovias, quase 100.000 km de rodovias, cerca de 1.000 pontes, quase 100 portos. Em 2020, 31% de todos os pro-

jetos de infraestrutura do continente eram realizados por empresas chinesas. E, no mesmo ano, cerca de 3.500 empresas chinesas (públicas e privadas) já estavam em toda a África.

A maior fonte de investimentos da “nova rota” é o próprio governo chinês, responsável por 65% do total, por meio da “Administração Estatal de Política Externa”, incentivando e impulsionando empresas estatais e privadas chinesas a investirem nos projetos desta política que responde à necessidade de expansão de sua economia.

FORA DA “NOVA ROTA DA SEDA”

A China tem seis, das dez maiores construtoras do planeta. Em 2021, a primeira no ranqueamento, a *China State Construction & Engineering* tinha uma receita anual de cerca de US\$ 293 bilhões; a segunda, a *China Railway Group*, de US\$ 124,3 bilhões; a terceira, a *China Railway Construction Corporation*, de US\$ 120,6 bilhões; e a quarta, *China Communications Construction*, de US\$ 80,7 bilhões. Todas tiveram crescimento recorde da receita nos últimos anos. A primeira do ranking teve um crescimento no faturamento anual de 17,1%, em 2021, em relação a 2020.

Todas estas grandes construtoras chinesas são estatais, ainda que com capital aberto. Em todas elas, o governo detém mais de 60% das ações, e atuam em todos os países do globo, mesmo naqueles que, formalmente, não aderiram ao BRI, como é o caso do Brasil.

A *China Communications Construction*, que é a maior do mundo em vários segmentos (construção de portos, de estradas, de pontes, etc.), apresentou uma série de projetos de infraestrutura no Brasil, em 2019. Na ocasião, foram 26 projetos que, juntos, significariam investimento de R\$ 102 bilhões em dez anos. Entre as obras, estavam a construção da “Ferrovia de Integração Oeste-Leste”, para ligar Tocantins a Bahia, e a “Ferrogrão”, para ligar Mato Grosso ao Pará. Os dois projetos não caminharam sob o governo Bolsonaro. No entanto, em 2023, Lula acenou para a retomada da discussão em torno do projeto “Ferrogrão”, criticado por ambientalistas, e participou da inauguração da primeira etapa do



projeto “Ferrovia de Integração Oeste-Leste” (FIOL), que tem à frente outra empresa chinesa, *China Railway Engineering Group Co.*

Aliás, o investimento chinês no Brasil não mudou substancialmente com a mudança de governo, como apregoam os reformistas. Apesar do discurso “antichinês” do governo anterior, a China já comparecia, em 2021, como um dos maiores investidores diretos no Brasil. Foram mais de US\$ 5,9 bilhões, em 2021, com destaque para projetos ligados aos setores de petróleo, de eletricidade e de tecnologia da informação. No segmento do setor elétrico, em 2023, as empresas estatais chinesas já eram a primeira em investimento no país. Entre 2007 a 2021, já haviam investido cerca de US\$ 32 bilhões. Só em obras de transmissão e de energia eólica, a companhia estatal *Energy China Internacional* pretende investir aproximadamente US\$ 10 bilhões nos próximos anos. Dos cerca US\$ 70,3 bilhões que a China investiu no Brasil, entre 2007 a 2021, 10% foram em obras de infraestrutura e em indústria manufatureira; a maior parte, 45,5%, foram em obras de geração, de transmissão e de distribuição de energia em todo país.

Estes números, no Brasil, poderiam ser repetidos em outros países, mostrando como foi a expansão da economia chinesa, e como, ao mesmo tempo, que expandiu o mercado interno, nas últimas duas décadas, por meio do crescimento de sua economia, também foi controlando setores do mercado externo de muitos países importantes, dando vazão à necessidade de ex-

pansão de sua economia.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Apesar da “crise” no setor de construção civil no interior da China, vemos que a política do governo chinês, da burocracia do partido comunista, não é igual à dos países capitalistas. Como apontamos no OI nº 01, o setor da construção civil nos EUA, por exemplo, vive crises cíclicas, algumas das quais arrastam o mundo, como ocorreu em 2007/2008, vivendo já uma nova bolha especulativa (preço dos imóveis nas alturas em oposição à queda nas vendas). Do mesmo modo, em 2020, nos EUA e nos países da OCDE, verificava-se uma expressiva queda na produtividade do setor (em 2020, a produtividade era menor que a da década de 1970), mostrando que não se empregavam as forças produtivas em sua plenitude.

A expansão das empresas estatais chinesas por todo o globo, em especial, na área de construção civil (mas também sabemos que as empresas chinesas estatais já são as maiores na área de energia, de alimentos, etc.), mostra mecanismos de lidar com a crise “interna”, de estrangulamento do setor da construção, que nenhuma economia capitalista apresenta. A contradição das formas do capitalismo de Estado chinês se estabelece e se “resolve” (parcialmente) a partir da propriedade estatal/nacionalizada. Com a expansão dos negócios da grande propriedade estatal, sob controle da política da burocracia, a oposição da fronteira nacional (o mercado interno da China) se resolve e se recoloca, em nível supe-

rior, no mercado mundial. Esta nova fronteira opõe, hoje, China, Rússia (e outros Estados operários menores, como a Coreia do Norte) aos países imperialistas. Este é o fundamento econômico para uma terceira guerra mundial, recolocada agora, não pela oposição entre estados imperialistas, ou seja, entre capitalistas e suas propriedades, mas entre o grande capital e a propriedade estatal/nacional.

A “crise” do setor da construção civil na China não a levará para uma recessão econômica geral, nem conduzirá a uma “crise geral”. Já que o setor da construção nasceu e se desenvolveu em dimensões superiores às das economias capitalistas, tendo por base a propriedade estatal, das grandes companhias estatais, hoje as maiores do planeta. Esta crise, no entanto, deve impor à burocracia chinesa a contínua necessidade de expansão de sua economia para mais fronteiras capitalistas, ampliando, assim, a guerra comercial, a partir de medidas como as já adotadas por diferentes governos, como os de Trump e Biden, e armando ainda mais os países, como os orçamentos militares atuais já revelam.

Os governos imperialistas, que têm soberania nacional para estimular suas economias, e o fazem regularmente, por meio de políticas monetárias e investimentos diretos e indiretos nas empresas capitalistas, como vimos e vemos regularmente, por exemplo, nos “resgates” que os Bancos Centrais realizam, não contam, portanto, com este elemento central: a grande propriedade estatal/nacionalizada.

Ao longo de toda a história do capitalismo, o Estado sempre foi um investidor fundamental. Servindo para atender os interesses gerais da burguesia, atuando em áreas de infraestrutura básica, de energia, e sempre na da indústria bélica. Nos EUA, em 2020, havia, ao menos, 7.000 empresas estatais em todas as esferas governamentais. Entre 2000 a 2020, quase 900 “reestatizações” ocorreram em países imperialistas, como EUA e Alemanha, mostrando que o “capital do Estado” (riqueza acumulada em forma de impostos e ‘dividendos’ das empresas estatais) sempre foi uma alternativa para escapar das contradições colocadas pelo “capital-capital”, pelo “capital-privado”. Como a história do capitalismo comprova, e temos mostrado em nossos estudos sobre a economia dos países imperialistas, não são as “leis do mercado”, ou a lógica puramente econômica, que predominam nos dados gerais das economias capitalistas. Sob a lógica econômica, como Marx já colocara, o modo de produção socialista é inevitável, o socialismo é inevitável.

Essa é uma premissa objetiva, ligada ao desenvolvimento das forças produtivas humanas e históricas. A grande propriedade privada produz a concentração e o monopólio da produção. O monopólio da produção, por sua vez, só encontra sua “forma” superior em uma forma centralizada de gestão, a propriedade estatal, gérmen da propriedade social, quando a propriedade será de “todos e de ninguém ao mesmo tempo”.

Mas, mesmo nos mais “disciplinados” Estados capitalistas, como na Alemanha ou no Japão, em que os governos burgueses buscam disciplinar a ação do grande capital em sua autofagia, a grande propriedade privada não “cria” a propriedade estatal de forma “espontânea”. Esta será sempre uma propriedade suplementar (“alternativa”) à propriedade privada. Os vários ciclos de privatização comprovam isso: quando as

empresas estatais se tornam gigantes ou quando multinacionais se interessam por um segmento em específico, a privatização é imposta pelos governos burgueses, a despeito dos “interesses nacionais”.

(...) não é a propriedade privada que impulsiona as burocracias dos Estados Operários degenerados (por mais degenerados que estejam, como no caso da Rússia) a ter esta ou aquela política interna ou externa, mas é a grande propriedade estatal/nacionalizada que impõe uma política para a burocracia, já que é desta propriedade que esta mesma burocracia extrai seu poder material. Esta análise extraímos, não a partir do “discurso” da burocracia chinesa ou russa, mas do peso social e dos dados econômicos das economias chinesas e russa nas relações mundiais.

Decorre disso que a propriedade estatal burguesa não “cria” o “capitalismo de Estado”: este é o raciocínio de Trotsky em “A revolução traída”, ao falar da distinção entre o “estatismo” dos estados burgueses e o “estatismo” da então URSS. O “capitalismo de estado” não era uma forma de “gestão” do capitalismo, derivava diretamente do domínio da propriedade estatal.

Assim, a propriedade estatal/nacionalizada da China, e mesmo da Rússia atual, bem como suas formas de “capitalismo de Estado”, não é fruto das relações capitalistas, é fruto, ainda, da revolução proletária e de seu processo transitório para o socialismo. Em nenhum país capitalista, por mais “sui generis” que seja, como apregoam correntes revisionistas ao falar da Rússia ou da China, as re-

lações capitalistas impuseram a dominação da propriedade estatal, de modo que ela tivesse mais peso na economia do que a propriedade privada. Como Trotsky analisa, e a história comprova, as formas estatais são sempre efêmeras e submetidas à lógica de ampliação da grande propriedade privada.

Daí que não é a propriedade privada que impulsiona as burocracias dos Estados Operários degenerados (por mais degenerados que estejam, como no caso da Rússia) a ter esta ou aquela política interna ou externa, mas é a grande propriedade estatal/nacionalizada que impõe uma política para a burocracia, já que é desta propriedade que esta mesma burocracia extrai seu poder material.

Esta análise extraímos, não a partir do “discurso” da burocracia chinesa ou russa, mas do peso social e dos dados econômicos das economias chinesas e russa nas relações mundiais. Perante os dados dos últimos 20 anos, ou se está diante do “gérmen” da economia socialista, em uma “fase de transição”, como caracterizou Trotsky, com todo o potencial produtivo expansivo, ainda que impossibilitado de realizar todo o avanço potencial que possui por conta do controle burocrático do Estado operário degenerado, ou se está diante de uma “nova” fase de desenvolvimento capitalista, sob uma nova “etapa” de expansão e crescimento, que produziu países capitalistas mais poderosos do que os que dominaram o capitalismo nos últimos duzentos anos - ou seja, que Lenin estava completamente errado ao afirmar que seria impossível constituir novas potências imperialistas depois de esgotada a partilha mundial. Em termos políticos: ou estamos no interior da análise leninista-trotskista, ou estavam “certos” os revisionistas do trotskismo, desde a década de 1930, diante do “capitalismo de Estado”, ou “democratas” de todas as vertentes, desde a década de 1990, com a queda da URSS. ●



PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**



ppri4.org

ppri.partido@proton.me

correntesindicalmarxistagloria@proton.me //

correnteestudantilmarxistagloria@proton.me



As massas são arrastadas pelas variantes da política burguesa pró-imperialista, e primeiramente pela extrema-direita

As eleições primárias (PASO), realizadas para escolher os candidatos que representarão os partidos nas eleições gerais de outubro, deram a vitória ao ultradireitista Javier Milei (*A Liberdade Avança*) com 30% dos votos, superando folgadoamente os 21% do candidato oficialista, Sergio Massa (*União Pela Pátria*), e os 17% da candidata da oposição direita, Patricia Bullrich (*Juntos pela Mudança*). Na somatória geral dos partidos, a extrema direita ficou com 30%, a direita com 28% e o peronismo com 27%.

A vitória de Milei mostrou o completo fracasso de jornalistas, de pesquisadores e de operadores políticos, que buscaram impor à população uma tendência favorável aos partidos tradicionais da burguesia. Desde quando foram lançadas as candidaturas, assinalava-se que Milei seria derrotado pelo eleitor de *Juntos pela Mudança*, e ficaria logo atrás de *União Pela Pátria*. Agora, se debruçam para compreender como foi possível o extremista se impor aos partidos burgueses “favoritos”, apontados pelas pesquisas.

DESCONFIANÇA DAS MASSAS NOS ‘PARTIDOS TRADICIONAIS’ CONDICIONAM OS RESULTADOS ELEITORAIS

Milei se apresentou como uma “cara nova” na política, que denunciava furiosamente a “casta política”, e o único dos candidatos que não estava envolvido na “corrupção sistêmica”. Sendo deputado, “demonstrava” ser consequente com esse discurso, sorteando seu salário de parlamentar entre a população. As massas se deixaram deslumbrar por seus gestos demagógicos, sem compreender que ele já acumulou uma volumosa fortuna, e que os “sorteios” eram uma peça de sua campanha eleitoral.

A principal base eleitoral do ultradireitista foi um setor das massas assalariadas e da pequena burguesia arruinada. Durante décadas, viram como se alternavam oposicionistas e situacionistas dos partidos tradicionais burgueses no poder do

Estado. Mas, os ataques contra suas condições de vida, o seu empobrecimento e a destruição de direitos continuaram. Assim, passaram a castigar esses partidos “tradicionais” e seus figuras como os únicos responsáveis pela crise que os desgraça.

Eis porque um candidato que defende abertamente a destruição do papel do Estado na economia, defende impulsionar uma violenta Reforma Trabalhista e Previdenciária, defende a destruição de direitos sociais, como privatizar a saúde e a educação, introduzir uma alta de tarifas de energia e transportes, destruir os sindicatos, enfim, que defende tornar ainda mais violentos os ataques contra os explorados, conseguiu arrastar grande parte das massas oprimidas por trás de suas falsas promessas e retórica anticorrupção. Isso explica, ainda, porque conseguiu arrastar parte das bases eleitorais que votariam por algum dos candidatos de *Juntos pela Mudança* contra o governo, uma vez que Bullrich e Larreta são conhecidos figurões (Bullrich foi ministra de Macri, Larreta prefeito da Capital Buenos Aires) de governos anteriores.

UMA ‘NOVA CARA’ PARA DEFENDER UMA ‘VELHA POLÍTICA’

O programa de Milei é uma versão atualizada da extinta *União de Centro Democrático* (Ucedé), de Álvaro Alsogaray, funcionário das ditaduras de Aramburu (1955-1958) e Onganía (1966-1970). Retoma também os fundamentos da política econômica defendida por Domingo Cavallo, ministro da economia de Menem (1999/2000), que levaram o país a uma profunda crise econômica e social.

Tampouco é uma “cara nova” na política burguesa. Foi assessor do ex-governador de Tucumán (1995-1999), Domingo Bussi, militar acusado por genocídio por seu papel na última ditadura militar (1976-1983), e do prefeito de São Miguel (1997-2003), Aldo Rico, militar que se levantou em armas contra o governo de Alfonsín (1983-1989), para tentar bloquear os processos abertos contra militares.

A submissão ao FMI, o parasitismo do capital financeiro, os subsídios ao capital monopolista e latifundiário, as contrarreformas e a destruição de direitos, continuarão, qualquer que seja o governo eleito. De fato, a defesa das contrarreformas que desgraçam as massas e a plena garantia dos negócios e lucros dos capitalistas estão na base do programa de Milei, Bullrich e Masa, embora se diferenciem um do outro, quanto ao ritmo de aplicação e os métodos para impô-los.

Milei encarna ainda o crescimento mundial da ultradireita fascizante, que tem por principais figuras na atualidade a primeira-ministra italiana Giorgia Meloni (admiradora de Mussolini), Le Pen (França), Trump (EUA), Katz (Chile) e Bolsonaro. Alguns desses já estiveram (Bolsonaro) ou estão ainda no poder de Estado (Meloni). Assinalamos isto, porque ficou demonstrado que os ultradireitistas são obrigados a ajustar seus programas e medidas de governo ao que lhes é ditado pelo imperialismo e pelas frações dominantes da burguesia. Veja-se, por exemplo, que o programa “ultraliberal” de Bolsonaro não pôde ser aplicado na íntegra, e precisou fazer concessões àquela mesma “casta política” que denunciou na campanha: dar poder ao Congresso para intervir nas decisões de governo, e negociar com as oligarquias a aprovação de leis e de contrarreformas, distribuindo enormes quantias de dinheiro (orçamento secreto).

Se Milei for eleito, ele também terá de ajustar seus métodos e seu programa aos interesses do capital financeiro internacional e das frações burguesas nacionais dominantes do país. Um indicador dessa via foi traçada pela declaração da União Industrial Argentina (UIA) e da Rural (que reúne latifundiários e capitalistas agroindustriais), assinado junto da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e da UOCRA (União dos Operários da Construção civil da República Argentina), que defendeu explicitamente o papel do Estado nos investimentos de infraestrutura. A declaração foi apresentada logo após a vitória de Milei, que declarou que iria acabar com os investimentos do Estado em obras públicas e em infraestrutura. Foi uma clara expressão de que a burguesia industrial e agroindustrial nacional procura condicionar Milei. Sua proposta de “imposto zero” também desagrada ao capital financeiro, pois, de onde viriam os recursos para sustentar o parasitismo financeiro?

MANOBRAS BURGUESAS EM FACE ÀS ELEIÇÕES GERAIS

A declaração da burguesia e das centrais sindicais é uma clara mensagem em defesa do parasitismo dos capitalistas e dos latifundiários sobre o orçamento do Estado. Uma confissão de seu raquitismo como classe nacional, para garantir seus negócios sem a intervenção do Estado. Os investimentos estatais em infraestrutura, historicamente, têm servido para melhorar as condições da produção e reprodução de capitais, a exemplo da construção e manutenção de hidrovias, portos, rodovias, redes de energia, etc. A participação dos burocratas sindicais faz explícita defesa da colaboração de classes junto ao patronato, uma vez que lhes garante “estabilidade social” para o bom andamento de seus negócios.

Mas, essa “aliança” conjuntural para “criticar” Milei se desfaz, quando se trata do apoio eleitoral a esse ou aquele partido. A burguesia nacional apoia maciçamente *Juntos pela Mudança*. Avalia que Bullrich receberá os apoios de seu rival na interna partidária, Rodríguez Larreta, que obteve 11% dos votos da legenda. Contabilizando os 28% dos votos válidos que reuniram, somados aos dos partidos minoritários que poderiam apoiar sua eleição, junto a uma possível aliança entre a direita e a ultradireita, são avaliadas como um caminho seguro para derrotar os governistas. O problema é que Milei tem rejeitado, ainda durante a campanha, discutir uma aliança com *Juntos pela Mudança*. Apesar disso, os programas que defendem Milei e Bullrich se assemelham em vários pontos: defesa de uma política econômica ultraliberal, agravar os métodos repressivos contra os protestos e greves, etc. Quanto ao programa econômico, a burguesia espera que sua declaração o “ajude” a aproximar-se de Bullrich. Nesse sentido, se movimenta o ex-presidente direitista Mauricio Macri. O que incomoda setores da legenda, que não compactuam com o programa e métodos ultradireitistas. Até as eleições gerais, continuarão as manobras e declarações para avaliar se é possível a confluência de direitistas e ultradireitistas.

Apesar de contar com apoio das direções sindicais para arrastar os assalariados a votar em Massa, e ainda que conte com os apoios de Grabois (5,3% dos votos) e outros partidos, o candidato peronista não alcançará superar as intenções de votos em Milei se manter sua porcentagem nas eleições gerais. O que lhe obriga a assumir posições “programáticas” da direita, e tentar aproximar setores dela para um possível segundo mandato, visando assim a abocanhar votos de setores desta e da população, considerados mais “moderados”. É provável ainda que recorra ao espantalho de “derrotar o fascismo” (trilha essa percorrida pelo PT nas eleições de 2022, no Brasil). Milei gera muita rejeição e resistência entre amplos setores da população, inclusive da direita e da própria burguesia.

VARIANTES ELEITORAIS DE UM MESMO PROGRAMA DE CLASSE

A submissão ao FMI, o parasitismo do capital financeiro, os subsídios ao capital monopolista e latifundiário, as contrarreformas e a destruição de direitos, continuarão, qualquer que seja o governo eleito. De fato, a defesa das contrarreformas que desgraçam as massas e a plena garantia dos negócios e lucros dos capitalistas estão na base do programa de Milei, Bullrich e Masa, embora se diferenciem um do outro, quanto ao ritmo de aplicação e os métodos para impô-los. Porém, inclusive essas diferenças não são decisivas, uma vez que o programa e os métodos de governo que serão aplicados serão, em última instância, definidos pelos objetivos do capital financeiro e das frações da burguesia nacional.

Um exemplo disso é Bolsonaro, que, na contramão de sua tendência bonapartista de centralização ditatorial das instituições pelo poder executivo, precisou se apoiar ostensivamente no Parlamento para manter sua governabilidade. Precisou ceder às pressões dos setores capitalistas que têm lucrativos negócios com a China, sendo impedido de servir mais docilmente à guerra comercial dos EUA, como pretendia. Por ajustes semelhantes, passam os governos da esquerda burguesa e pequeno-burguesa democratizantes. O governo Lula/Alckmin

e Boric, com as devidas diferenças e particularidades, também se adaptam aos ditames do capital financeiro (contrarreformas, subsídios aos capitalistas, privatizações, etc.), aproximando seus governos dos métodos e medidas dos governos direitistas mais convictos. Isso mostra que é a burguesia quem, em última instância, pressiona e impõe a necessidade de ajustar os métodos dos governos às condições concretas de governabilidade e de crise econômica e política.

CONDIÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS EM QUE SERÁ ELEITO O NOVO GOVERNO BURGUEÊS

A economia está estagnada há mais de uma década. As massas arcam com um violento retrocesso nas condições de vida. Os empregos precarizados ultrapassaram os empregos de carteira assinada. O salário mínimo caiu 7,5% em um ano, e 18%, em dois anos. As aposentadorias não superaram os índices da indigência. A violência social deu um salto à frente, com o agravamento da miséria e do desemprego. Mais de 45% da população está submetida à pobreza: 53% desta é composta por crianças. Apenas em julho, a inflação disparou 6,3%, acumulando 113,4% no ano. O que leva à perda do poder de compra dos salários e ao aumento dos preços dos produtos de consumo e serviços.

As consequências da vitória do ultradireitista agravam essas tendências. O Banco Central anunciou a desvalorização da moeda em 18,3% - o FMI apoiou a medida, embora exigisse 60%. Imediatamente, os preços de alimentos subiram 22%, demonstrando que um setor da burguesia procura se proteger dos efeitos da crise política aberta, descarregando, antecipadamente, os custos de futuras medidas econômicas sobre os explorados. Assim, as eleições gerais acontecerão em um quadro econômico e social piorado. De maneira que o governo eleito deverá tomar medidas mais violentas, para proteger a burguesia do agravamento da crise e da desagrega-

ção econômica e social. Essas condições, como demonstrado mais acima, levaram as massas a apoiarem Milei. De forma que, ao mesmo tempo em que a burguesia se protege dos efeitos imediatos das eleições primárias, fortalece as tendências gerais da economia.

POLÍTICA E PROGRAMA PROLETÁRIOS PARA A SITUAÇÃO

A ascensão de Milei expressa a decomposição capitalista e da democracia burguesa, que empurram a burguesia a uma violenta ofensiva contra a vida das massas. Apesar disso, não é um objetivo imediato da burguesia imperialista e nacional recorrer a um governo calcado nos métodos burocrático-policiais, como almeja Milei ou Bullrich, em maior ou menor medida. Eis porque a mídia burguesa está fazendo campanha em defesa da “democracia” e das “instituições”.

O fato de um setor das massas apoiar Milei e Bullrich não se explica pelos programas que defendem (muitos dos que votaram neles rejeitam suas medidas econômicas e até fazem parte dos setores que lutam nas ruas contra elas insistentemente). Muitos foram arrastados a votar no mais reacionário da política burguesa, apenas para castigar outros candidatos burgueses. Essa contradição entre o que as massas votam e o que elas fazem na luta de classes mostra que é uma tarefa urgente da vanguarda com consciência de classe, ajudá-las a conquistar sua independência. Um passo será dado quando defenderem seu programa próprio para a crise, baseado nas reivindicações e nos métodos da luta de classes, e avançarem ao objetivo de construir uma oposição revolucionária contra qualquer governo burguês que vier a assumir o comando do Estado.

Nessa luta prática, acham-se as condições para as massas superarem suas ilusões democráticas e nas instituições burguesas, e da vanguarda para avançar na luta pela revolução e ditadura proletárias. ●

EQUADOR / PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES GERAIS

As massas devem se preparar para combater o próximo governo burguês defendendo suas reivindicações e os métodos da luta coletiva

Haverá segundo turno eleitoral no Equador. Luisa González, da *Revolução Cidadã* obteve 33,4% dos votos. Seu rival, Daniel Noboa, da ADN (*Ação Democrática Nacional*), filho e herdeiro político de Álvaro Noboa, um capitalista agrícola da produção bananeira, ficou em segundo lugar com 23,4 %. Muito atrás ficou o terceiro colocado: Christian Zurita, do *Movimiento Constrói*, com 16,5%. O quarto foi Jan Topiç, ultradireitista, com 14,6%. O ex-vice-presidente de Guillermo Lasso, Otto Sonnenholzner, o empresário Xavier Hervas, e os candidatos Bolívar Armijos e Yaku Pérez ficaram abaixo dos 7%.

A vitória de González (apoiada pelo ex-presidente Rafael Correa) não foi tão folgada como se esperava. A *Revolução Cidadã*, após a fratura interna operada pela ruptura de Lênin Moreno com Correa, e da derrota nas eleições passadas perante Guillermo Lasso, começou uma curva ascendente eleitoral, após vencer a maioria das eleições regionais e as eleições para as prefeituras de fevereiro. A profunda rejeição ao governo Lasso, a revolta das massas contra suas medidas econômicas, e seu golpe contra o parlamento, indicaram que o governo e aliados não poderiam garantir uma derrota eleitoral do correísmo. O que se refletiu nos candi-

datos da base aliada, Sonnenholzner, Armijos e Hervas, esmagados eleitoralmente por Noboa. Sua ascensão reflete o descontentamento de um setor da população, especialmente a pequena burguesia e os setores indígenas (maioria nacional), com o correísmo e o governismo. Eis porque González saiu, logo após sua vitória, a procurar conquistar apoios de setores liberais e da população, para assegurar uma ampla margem para derrotar Noboa, convocando concorrentes e partidos adversários a se aproximarem de seu objetivo de formar um verdadeiro “governo de unidade nacional”. Noboa poderá crescer eleitoralmente, assu-



Essa situação de decomposição social, econômica e política obriga o imperialismo e a burguesia monopolista a apoiarem um candidato que, na atual situação, possa garantir melhor seus interesses. Um objetivo destes é que o próximo governo esteja sustentado por uma ampla frente política e apoio social no interior das massas, visando a garantir a governabilidade e aplicar os ditames imperialistas.

mindo posições mais direitistas das que defende. Não por acaso, disse estar disposto a receber os dispostos a apoiá-lo, especialmente Jan Topić, que defende medidas fascizantes para garantir os negócios e a “segurança”.

A disputa eleitoral foi precedida e marcada por uma série de assassinatos de candidatos e políticos. Fernando Villavicencio, inicialmente candidato a presidente pelo *Movimento Constrói*, e o político mais bem “cotado” pelas pesquisas para enfrentar González, foi assassinado na saída de um ato de campanha. Dias depois, seria assassinado Pedro Briones, candidato a deputado da *Revolução Cidadã*. Duas semanas antes, o prefeito de Manta, Agustín Intriago, tinha sido assassinado. Após morto Villavicencio, o FBI foi convocado a “ajudar” nas investigações. Foi dado, assim, mais um passo para favorecer o intervencionismo dos EUA em assuntos de segurança e da política interna.

Os assassinatos indicaram uma escalada à guerra que, há três anos,

se desenvolve entre as frações narcotraficantes equatorianas, associadas a cartéis internacionais de produção e tráfico de entorpecentes, pelo controle das rotas de transporte de drogas na América Latina com destino à Ásia, fundamentalmente. Esses cartéis, por intermédio dos grupos organizados no Equador, têm penetrado no Estado e em suas instituições. E ganhado representação nos partidos burgueses, se apoiando nos políticos que financiam para defender seus interesses e negócios no interior da estrutura estatal. O fato dos assassinatos de um e outro candidato terem por autoria frações diferentes do narcotráfico indica que pretendem se servir das mortes para condicionar o próximo governo eleito a não avançar a política de “guerra às drogas”, que os EUA exigem que se aplique no país. Também demonstra o quanto a disputa inter-burguesa foi condicionada por essas ligações entre Estado e burguesia narcotraficante. Villavicencio foi morto quando estava sem o carro blindado provido pela polícia e o Estado, como tinha sido garantido em comícios anteriores. Surpreendeu os jornalistas que o assassinato ocorresse ainda no momento em que sobe ao carro e os guarda-costas policiais não estavam garantindo uma proteção adequada à integridade com uma barreira física de proteção no interior do veículo.

Essa situação, todavia, marcará evidentemente as campanhas para atrair mais votos para o segundo turno. De forma que a principal disputa eleitoral para abocanhar votos será

exercida sobre aquela parcela da população que sofre as consequências da violência das facções criminosas, que já leva a mais de 4 mil mortes por ano. Villavicencio era o candidato de uma importante parcela da burguesia e da pequena burguesia equatoriana, que tem visto os negócios caírem por conta do aumento do crime organizado, que impõem “taxas” de proteção para que seus negócios continuem funcionando. Por sua vez, o agravamento da pobreza, da miséria e do desemprego, produtos das contrarreformas, das privatizações e dos ajustes fiscais, além de favorecer os negócios dos monopólios exportadores e o saque imperialista, criou condições para a proliferação dos bandos narcotraficantes, ao recrutar inúmeros jovens e adultos que não têm qualquer condição para garantir seu sustento, a não ser como mão-de-obra a serviço da burguesia narcotraficante. Essa barbárie e podridão que esmagam as massas é o produto social mais característico da decomposição do regime burguês. O fato da disputa eleitoral a refletir na forma de atentados e assassinatos indica, por isso, a desagregação da democracia e das instituições burguesas.

Essa situação de decomposição social, econômica e política obriga o imperialismo e a burguesia monopolista a apoiarem um candidato que, na atual situação, possa garantir melhor seus interesses. Um objetivo destes é que o próximo governo esteja sustentado por uma ampla frente política e apoio social no interior das

massas, visando a garantir a governabilidade e aplicar os ditames imperialistas. Eis porque González tem sido a melhor “cotada” nos cálculos do imperialismo. Ainda que seja certo que Noboa tem uma política econômica diretamente ligada aos interesses dos grandes capitalistas, também é certo que representa o empresariado nacional profundamente odiado pela população assalariada. González não apenas indicou, na campanha, que respeitará os acordos com o FMI, e continuará com as medidas ditadas pelo imperialismo, ainda que negociando aspectos, como tem o apoio dos sindicatos e do movimento indígena. O que garantiria ao imperialismo cumprir seus objetivos de contrarreformas, saque de riquezas e as privatizações, ainda que negociando migalhas para os famintos, preservando a colaboração de classes e o apoio das organizações

que estiveram na base da revolta popular de 2019.

Seja González, seja Noboa, o imperialismo contará com um governo que continuará o curso da política de contrarreformas e de ataques às condições de vida das massas, favorecendo os lucros dos capitalistas e latifundiários (como o próprio Noboa). O sucessor de Lasso, ainda, terá de dar continuidade aos projetos de reformas decretadas e aprovadas ditatorialmente nos últimos meses, após o fechamento do Congresso. Dentre elas, a reforma tributária, favorável ao grande capital, e a reforma Administrativa, que destruirá salários e direitos trabalhistas conquistados pelo funcionalismo.

Qualquer que seja o governo que assuma em 2024, será, portanto, um governo burguês submetido aos ditames imperialistas. A burguesia narcotraficante continuará a se ex-

pandir no mar de miséria e da pobreza. E as massas serão alvo de novos ataques. A ausência da direção revolucionária impede as massas de rejeitarem a farsa eleitoral e a defenderem seu programa próprio contra seus opressores de classe. Mas, serão obrigadas a dar saltos nesse caminho, diante dos ataques que virão. A tarefa de erguer um plano nacional de luta comum em defesa de suas condições de vida permitirá avançar a sua independência de classe e na destruição das bases materiais que permitem a proliferação do crime organizado. A defesa, no interior das organizações das massas, da bandeira da oposição revolucionária, como base para construir uma frente única dos oprimidos para combater a burguesia, será favorável à retomada dos elos dos levantes de 2019 e a formação do partido revolucionário do proletariado. ●

EQUADOR / Aprovado um plebiscito contra a exploração petrolífera e mineira em regiões naturais protegidas

Durante as eleições, foram realizadas duas consultas: uma sobre a exploração petrolífera no Parque Nacional Yasuní; e outra sobre a exploração mineira em Chocó Andino. Devia-se decidir se a população era favorável a “manter as riquezas petrolíferas sob o subsolo” (SIM) sem exploração, ou contrário (NÃO). Ambas as regiões são consideradas “santuários da biodiversidade”, e lar de povos originários.

59 % pronunciou-se pelo SIM. Assim, fica para o novo governo, que assumirá em 2024, encerrar as operações em andamento em até um ano, especialmente cuidar das perdas da PetroEquador, empresa mista de capitais estatais e privados. Ou seja, quem assumir a presidência sofrerá a ofensiva dos

monopólios estrangeiros associados à exploração, para que se lhes compense das perdas por fechar os 250 poços já perfurados, desmontar e trasladar a infraestrutura construída, desenterrar os dutos, etc.

As perdas da estatal e do capital privado associados são estimadas no total de 16 bilhões de dólares – entre custos de operação e ressarcimento aos investidores. Como o Estado “ajudará” a compensar as perdas em investimentos e os lucros não realizados? Sem dúvida, a burguesia achará uma via para que o Estado o faça, a partir de impostos, contrarreformas, criando possibilidades de “novos negócios”, etc.

As massas não têm porque festejar sua “vitória eleitoral”. Logo compreenderão que o plebisci-

to não passa de um recuo do capital financeiro, e que novos ataques virão contra as massas e os povos originários. Deve se organizar nacionalmente sob um programa de combate ao novo governo que assumi-

rá, e recorrer aos métodos da luta de classes, assim se derrotará a anarquia da produção capitalista, que destrói a base natural da riqueza e das vidas humanas, apenas à procura dos lucros. ●

FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia

**EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA**



**e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista**

Adquira com nossos militantes!

GUATEMALA / O imperialismo impôs seu candidato nas eleições, mas a crise e as tendências de luta de massas seguem presentes

Bernardo Arévalo, do *Movimiento Semente*, foi eleito presidente. Com 58% dos votos válidos, derrotou Sandra Torres, da *Unidade Nacional da Esperança* (UNE), com 37,2%. No primeiro turno, votaram 60% dos habilitados; já no segundo, votaram apenas 55%. Do total de 4.208.985 dos votos, 147.165 foram anulados (3,50%), e 53.687 foram em branco (1,25%). Não foram votar no segundo turno 5.152.083 dos habilitados (45%). Essa queda na participação se explica, em parte, pela base eleitoral dos partidos da ordem, que ficaram de fora do pleito. Mas, fundamentalmente pelo fato da experiência ter mostrado a grande parcela dos que não votaram sequer no primeiro turno, acreditar que dá no mesmo votar por um ou outro candidato, porque os governos se alternam – uns mais à direita, uns mais à esquerda, disfarçados de reformistas do passado –, mas continuam os ataques que as afundam na barbárie.

A chave da vitória de Arévalo foi o profundo ódio das massas ao governo, às instituições cooptadas pela burocracia estatal parasitária e à penetração da burguesia narcotraficante nas instituições do Estado. Arévalo se apresentou com quem iria acabar com a corrupção e o crime, e lutar por reformas em favor das massas. Tratou-se apenas de demagogia, para garantir sua ascendência eleitoral. *Semente* é um partido construído à margem das massas. Nasceu da organização de um grupo de acadêmicos ligados ao liberalismo e reformismo social-democrata. O fundamental, porém, é que *Semente* contou com apoio do imperialismo estadunidense, visando a enfraquecer as frações da oligarquia e os funcionários do Estado, alvos de uma ofensiva jurídica e diplomática, em função da acusação de narcotráfico e de corrupção ativa. Apesar de suas ligações históricas com o imperialismo, essas frações veem como um perigo a seus interesses a vitória de Arévalo, porque poderia acirrar essa ofensiva jurídica encabeçada pelos EUA. Na conjuntura de maciço repúdio das massas a essas frações e setores da burocracia estatal, sua continuidade no controle do Estado projeta o avanço à luta de classes, o que não é favorável ao imperialismo ianque, que intervém nas eleições latino-americanas visando a preservar seus interesses.



Em 2015 e 2020, houve levantes nacionais e radicalizados dos oprimidos, que ameaçaram a governabilidade burguesa. Mas, sem sua direção revolucionária, acabaram sendo arrastadas a apoiar um candidato burguês contra outro, visando a “castigar” o governo. Disso aproveitou-se o candidato construído na academia e solícito aos ditames imperialistas. Arévalo terá ainda o dever de reforçar as ilusões democráticas e a governabilidade que favoreça os negócios imperialistas no país.

O que importa às massas é defender suas condições de vida, recorrendo a seus métodos próprios de luta, esteja quem esteja no comando do Estado burguês. O fato de a esmagadora maioria oprimida não ir votar demonstra que garantir a governabilidade e as ilusões democráticas não será tarefa fácil. O avanço da crise mundial e seus efeitos sobre as massas as obrigam a sair em luta pelas suas reivindicações. A maioria da população que nem se importou em votar poderá ser um destacamento avançando na luta, quando Arévalo começar aplicar seu verdadeiro programa de governo, ditado pelo imperialismo.

Ainda estão pendentes de aprovação as reformas tributária, administrativa e previdenciária. Arévalo disse que tudo fará para atrair investimentos estrangeiros, especialmente nos projetos de infraestrutura para aeroportos e portos. A profunda miséria (que afeta 57% da população) favorecerá a superexploração de mão-de-obra com salários miseráveis, para realizar as obras planejadas, que têm por objetivo facilitar o escoamento de produtos agrícolas e derivados aos EUA a baixo preço, e com lucro elevado. O governo recém-eleito terá, ainda, de deflagrar a “guerra contra as drogas”, sob a política ditada pelo imperialismo. O que acirrará ainda mais a ofensiva

A eleição de Arévalo não estanca a crise política, nem freará as tendências de luta das massas. Todavia, terá de vencer os obstáculos erguidos pelo Parlamento, já que não contará com maioria parlamentar.

dos opositores e dos bandos narcotraficantes penetrados no Estado.

A eleição de Arévalo não estanca a crise política, nem freará as tendências de luta das massas. Todavia, terá de vencer os obstáculos erguidos pelo Parlamento, já que não contará com maioria parlamentar. Obteve apenas 24 cadeiras, enquanto a UNE obteve 27. O partido da situação, *Vamos!*, obteve 40. Nota-se que a oligarquia e a burocracia político-militar que controla o Estado há décadas, da qual foi parte Torres, terá maioria. Desde a tribuna parlamentar, fará de tudo para proteger seus interesses no parasitismo do orçamento do Estado e participação dos lucros do narcotráfico, o que levará a novos conflitos políticos com o presidente eleito e o próprio imperialismo.

Encerradas as eleições, as massas serão convocadas a servirem de base de manobra, do imperialismo ou das oligarquias. Ou seja, a serem peões no tabuleiro das jogadas da burguesia para resolver seus atritos. Enquanto isso, continuarão arcando com a miséria, com a destruição de seus salários e direitos, e serão chamados a aceitar o rebaixamento de suas condições de vida. Para romper com sua submissão a essas manobras, as massas são obrigadas a defender um plano nacional comum de reivindicações. Sua independência de classe começará a ser conquistada quando trilharem esse caminho, se apoiando na luta de classes, aproximando-se assim do programa da vanguarda com consciência de classe e de sua estratégia revolucionária. ●